



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 044

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Péricles de Mello*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PRB/PV *Pastor Edson Praczyk*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 044

41ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagem..... 03

Ofícios..... 15

Proposta de Emenda à Constituição 15

Indicações 16

Requerimentos 16

Projetos de Lei 19

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos..... 19

Dep. Elio Rusch 20

Dep. Reni Pereira..... 22

Dep. Mauro Moraes 25

Dep. Douglas Fabrício 26

Dep. Tadeu Veneri..... 28

Grande Expediente:

Dep. Antonio Belinati 31

Dep. Marcelo Rangel 33

Horário das Lideranças:

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch 20

Liderança do PRB/PSB/PV

Dep. Reni Pereira 23

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício27

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri29

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Chico Noroeste.....35

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati35

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins36

Liderança do PMDB

Dep. Teruo Kato.....37

Liderança do Governo

Dep. Stephanes Júnior38

Liderança da Oposição

Dep. Plauto Miró40

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente40

Discussão/Votação

Redação Final40

3ª Discussão42

2ª Discussão42

1ª Discussão42

Requerimentos43

Encerramento da Sessão46

Publicações:

Comissão Executiva

Indicações Legislativas46

DIÁRIO Nº 044

41ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 MAIO DE 2009**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Teruo Kato.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin,

Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scana-
vaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guima-
rães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos
Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida,
Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel,
Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo,
Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni
Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes
Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano,
Ademir Bier, Caíto Quintana, Carlos Simões (04).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados:
Fábio Camargo, Ney Leprevost e Osmar Bertoldi (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Pre-
sidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba-
lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual
foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do
Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 012/09

Curitiba, em 01/04/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser
apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso
anteprojeto de lei complementar que objetiva atender a
determinação constitucional, mais especificamente ao
artigo 36, parágrafo 4º, da Carta Estadual.

O dispositivo constitucional supracitado versa sobre
a estabilidade dos servidores públicos aprovados em con-
cursos, que devem se submeter à avaliação especial de
desempenho, por comissão criada para essa finalidade.

Os trabalhos foram desenvolvidos pelo Grupo
constituído por resolução da titular da Secretaria de
Estado da Administração e da Previdência - SEAP, no
qual foram envolvidos representantes das diversas áreas
de atuação do Estado.

Sob o princípio da impessoalidade, a proposta visa
a fornecer elementos de alcance amplo e irrestrito a todas
as carreiras do Poder Executivo - com exceção da Militar,

por ser carreira com normatização própria. Contempla as
especificidades de cada carreira do Estado, bem como
atende às diretrizes federais já estabelecidas sobre alguns
fatores a serem considerados, como a assiduidade, pontu-
alidade e eficiência, sendo esta última um dos princípios
adotados pela Carta Magna de 1988.

Importante destacar que a medida que ora se apre-
senta recebeu análise da Procuradoria Geral do Estado -
PGE, através do Parecer nº 277/08.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia
Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação,
reitero a V. Exa. protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Capítulo I

Das Condições Gerais da Avaliação de Desempenho para
o Estágio Probatório

Art. 1º Fica instituída a Avaliação Especial de
Desempenho para o Estágio Probatório no âmbito do
Poder Executivo do Estado do Paraná, para fins de aquisi-
ção de estabilidade, conforme prevê parágrafo 4º, do
artigo 36 da Constituição Estadual.

§ 1º O estágio probatório a que se refere o *caput* do
artigo será realizado apenas para servidor nomeado para
cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso
público de provas ou provas e títulos.

§ 2º A estabilidade será declarada somente após o
processo final de avaliação de desempenho a que se
refere esta lei complementar, por ato da Secretaria de
Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

§ 3º Esta lei será aplicada a todas as carreiras esta-
tutárias civis do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Art. 2º A Avaliação Especial de Desempenho para
o Estágio Probatório terá característica de processo admi-
nistrativo regular, tendo seus resultados força legal para
instrução de desligamento do servidor público.

Art. 3º A Avaliação Especial de Desempenho para
o Estágio Probatório avaliará a aptidão, a capacidade, a
adaptação, a adequação e a eficiência do servidor no
desempenho das atribuições e tarefas do cargo e função
para os quais foi nomeado.

Parágrafo Único. Na acumulação legal de cargos
públicos, o estágio probatório do servidor será cumprido
de forma independente de cada um dos cargos/funções
para o qual tenha sido nomeado.

Art. 4º O servidor em estágio probatório poderá se
afastar de seu cargo/função nas seguintes condições,
sendo considerados SUSPENSO o prazo do processo de
avaliação:

I - para tratamento da própria saúde, pelo prazo
máximo de 180 (cento e oitenta) dias, continuados ou não
e nos casos previstos de doenças transmissíveis;

- II - licença-maternidade, pelo prazo constitucional;
- III - licença-paternidade, pelo prazo constitucional;
- IV - doença na família, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- V - concorrência a mandato eletivo;
- VI - mandato eletivo;
- VII - assunção de cargo de provimento em comissão previsto no parágrafo 1º do artigo 5º desta lei.

Parágrafo Único. O retorno do servidor ao exercício de seu cargo e função retomará o prazo de contagem para fins da avaliação de desempenho.

Art. 5º Não será considerada afastamento de cargo e função a assunção, pelo servidor em estágio probatório, de cargo de provimento em comissão no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual, desde que tal cargo seja da estrutura organizacional na qual foi lotado e que seja afim das tarefas desempenhadas pelo seu cargo e função efetivos.

§ 1º Será considerado suspenso o estágio probatório se a assunção, pelo servidor em estágio probatório, de cargo de provimento em comissão no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual ocorrer em cargo que seja diverso da estrutura organizacional na qual foi lotado;

§ 2º Somente após seu desligamento do cargo de provimento em comissão previsto no parágrafo anterior é que o servidor retomará seu estágio probatório.

Art. 6º Será considerado afastamento do cargo e função para os quais o servidor foi nomeado as seguintes situações, sendo computadas negativamente na avaliação de desempenho:

- I. licença para tratamento de saúde por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, continuados ou não;
- II - doença na família, por prazo superior a 90 (noventa) dias, continuados ou não;
- III - disposição para outras esferas de poder - municipal, estadual, federal;
- IV - remoção a pedido, entre os órgãos da Administração Direta e Autárquica, com exceção da remoção *ex-officio* para unidades organizacionais, no interesse do órgão em que estiver lotado o servidor ou no interesse da Administração Pública;

V - laudo do órgão pericial do Estado atestando incapacidade ou deficiência física ou mental para o cargo ou função, doença psiquiátrica ou outra restrição física, mental ou psicológica.

§ 1º Os afastamentos a que se refere este artigo interromperão o estágio probatório, recebendo o conceito de insuficiente, no período de avaliação em que ocorrer.

§ 2º No caso em que os afastamentos previstos no inciso V se deem por necessidade médica, o servidor será encaminhado para exoneração, ressalvados os casos previstos de adaptação a nova função decorrentes de acidentes de trabalho, na forma desta lei.

§ 3º Não será permitida a mudança de função durante o estágio probatório, ressalvados os casos previstos de adaptação e nova função decorrentes de acidentes de trabalho, na forma desta lei.

§ 4º Não será permitido o desvio de função durante o estágio probatório.

Art. 7º São conceituadas como incapacidade, deficiência ou restrição, para atendimento ao disposto no inciso V, parágrafos 2º e 3º do artigo 6º, na avaliação de acidente de trabalho:

I - Deficiência física: aquela em que existe alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, tendo como consequência o comprometimento da função motora, sob diversas formas.

II - Deficiência sensorial visual: aquela em que existe alteração completa ou parcial de ambos os olhos em caráter definitivo e que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes e tratamento clínico ou cirúrgico.

III - Deficiência mental: aquela a que se refere a padrões intelectuais reduzidos, apresentando comprometimento de nível severo ou profundo e inadaptação no comportamento adaptativo, tanto maior quanto o grau de comprometimento.

IV - Deficiência múltipla: aquela em que existe concomitância de duas ou mais deficiências numa mesma pessoa.

§ 1º A comprovação da deficiência física decorrente de acidente de trabalho fica condicionada à emissão de CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho e laudo de avaliação médica realizada por órgão de perícia oficial do Estado.

§ 2º Somente no caso de adaptação de função em decorrência do previsto como acidente de trabalho e por necessidade médica é que o servidor será avaliado na nova função, iniciando-se, neste caso, novo prazo de avaliação para a nova função.

§ 3º Conceitua-se como Adaptação de Função a situação em que o servidor, por necessidade médica e em decorrência de acidente de trabalho, não possa desempenhar as tarefas e atividades de sua função de ingresso.

§ 4º Não será admitida a Adaptação de Função se não for em decorrência de acidente de trabalho.

Art. 8º O estágio probatório contará com curso introdutório onde serão abordados aspectos de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Estatuto do Servidor Público Civil, legislação específica do órgão ou do cargo/função, deveres, obrigações, estrutura organizacional do Estado, estrutura organizacional e competências do órgão de lotação do servidor, tarefas que serão desenvolvidas voltadas às especificidades de seu órgão, aspectos administrativos, Lei do Estágio Probatório, etapas e processo do estágio probatório, entre outros.

§ 1º A organização do curso introdutório ficará a cargo da Escola do Governo do Paraná em conjunto com o órgão de lotação do servidor, contemplando especificidades que se fizerem necessárias ao desempenho.

§ 2º A carga horária do curso será desenvolvida de acordo com a natureza e complexidade de cada cargo, sendo ministrada carga horária e nível de conhecimento compatível com a exigência de ingresso.

§ 3º O curso previsto neste artigo poderá integrar o curso de formação de carreiras onde é prevista a exigência do curso de formação.

Art. 9 As exigências feitas e avaliadas no concurso poderão ser objeto de avaliação específica e complementar no estágio probatório, sejam as de conhecimento, sejam as psicológicas, sejam as físico-motoras.

Capítulo II

Dos Fatores, Indicadores e Critérios Contemplados para a Avaliação de Desempenho

Art. 10. Os fatores a serem contemplados na avaliação de desempenho para o estágio probatório serão em número de 8 (oito), a saber:

I. Grupo 1 - Compartilhamento das Informações, com o objetivo de avaliar a capacidade de compartilhá-las de modo que os serviços não fiquem prejudicados e/ou limitados à presença do responsável pela atividade, sendo o ato de descentralização da informação.

II. Grupo 2 - Comprometimento, com o objetivo de avaliar a disposição para a ação e para o esforço em prol da instituição ou disposição pela qual coloca seu potencial a serviço do setor.

III. Grupo 3 - Administração do Tempo, com o objetivo de avaliar a capacidade de ser assíduo, pontual, sem interrupções durante o período de trabalho e cumprimento dos prazos para a realização das atividades.

IV. Grupo 4 - Conhecimento e Qualidade do Trabalho, com o objetivo de avaliar o conhecimento teórico e prático das atividades sob sua responsabilidade, aplicando os procedimentos, normas e padrões internos necessários de forma completa, precisa e criteriosa, atendendo aos objetivos, metas e prazos estabelecidos.

V. Grupo 5 - Resolução de Problemas, Iniciativa e Criatividade, com o objetivo de avaliar a capacidade de encontrar alternativas viáveis para solucionar os problemas e imprevistos e disposição para agir diante de situações novas ou rotineiras.

VI. Grupo 6 - Comportamento Ético, com o objetivo de avaliar a atitude de respeito para com a pessoa, integridade, senso de justiça, impessoalidade e discrição nas ações.

VII. Grupo 7 - Utilização das Ferramentas e Recursos Materiais, com o objetivo de avaliar a capacidade de considerar os fatores de custos, disponibilidade, uso correto e cuidados para com as ferramentas e recursos, observação das normas e padrões internos necessários para exercer suas atividades.

VIII. Grupo 8 - Relacionamento Interpessoal e Trabalho em Equipe, com o objetivo de avaliar a capacidade de interagir com as pessoas, respeitando as características, ideias e opiniões diferentes, sem criar atritos desnecessários.

Parágrafo Único. Todos os servidores de todas as carreiras serão avaliados exclusivamente com esses fatores, de acordo com o anexo I desta lei.

Art. 11. Os fatores do Grupo 4 (quatro) e Grupo 6 (seis) terão peso 2 (dois) e os demais peso 1 (um).

Art. 12. Os fatores serão desdobrados em indicadores, por Grupo, conforme os previstos no anexo I desta lei, podendo os indicadores ser ampliados em quantidade e qualidade no instrumento secretarial ou regional/descentralizado a ser adotado em cada instituição, de acordo com as especificidades do cargo ou da carreira.

Parágrafo Único. A ampliação dos indicadores, por grupo de fatores, deverá ser solicitada pela Comissão Secretarial à Comissão Central, que analisará a pertinência do processo.

Art. 13. Os indicadores serão validados atribuindo-se a cada um, uma unidade de medida que melhor identifique o que está sendo avaliado.

Art. 14. Os critérios de pontuação serão:

I. Critério A: atende;

II. Critério B: atende parcialmente;

III. Critério C: não atende; e

IV. Critério D: não se aplica.

§ 1º O critério atende significa que o indicador se aplica ao avaliado, sendo sua pontuação o equivalente ao conceito ótimo.

§ 2º O critério atende parcialmente significa que o indicador se aplica com restrições ao avaliado, sendo sua pontuação o equivalente ao conceito regular.

§ 3º O critério não atende significa que o indicador se aplica ao avaliado, sendo sua pontuação o equivalente ao conceito insuficiente.

§ 4º O critério não se aplica significa que tal indicador não se aplica ao avaliado, dentro do fator considerado, sendo sua pontuação nula.

Art. 15. Será considerado desempenho insuficiente o servidor que tiver sofrido as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. repreensão;

III. suspensão;

IV. multa;

V. destituição de função, decorrente de penalidade;

VI. prisão administrativa;

VII. suspensão preventiva; e

VIII. as demais previsões de penas da Lei nº 6174/70.

Art. 16. É proibido ao servidor:

I. retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento de órgão estadual, por qualquer motivo;

II. valer-se do cargo para lograr proveito pessoal, por si ou por outrem, ou receber propinas, comissões, presentes e vantagens e qualquer espécie ou natureza em razão do cargo/função;

III. coagir ou aliciar subordinados com objetivo de natureza partidária ou sindical;

IV. participar de diretoria, gerência, administração ou conselho de qualquer natureza de empresa comercial ou industrial que possua relação ou serviços com o Estado ou ser dela empregado;

V. pleitear, como procurador ou intermediário, perante os órgãos estaduais, salvo quando se tratar de assuntos referentes à percepção de vantagens financeiras de cargo público de parente, seja consanguíneo ou afim, até o segundo grau;

VI. revelar fato ou informações de natureza sigilosa, salvo nos casos previstos em lei;

VII. deixar de comparecer ao trabalho, sem causa justificada;

VIII. atender a pessoas estranhas ao serviço, no local de trabalho;

IX. empregar bens e materiais do Estado em proveito próprio.

Parágrafo Único. Incorrendo em qualquer das hipóteses previstas nos incisos deste artigo, o estágio probatório será encerrado e o servidor será encaminhado para exoneração.

Art. 17. Receberá conceito de desempenho insuficiente o servidor cuja avaliação total considerados todos os fatores e indicadores pertinentes, seja inferior a:

I. 60% (sessenta por cento) na primeira avaliação - regular;

II. 80% (oitenta por cento) na segunda avaliação - ótimo; e

III. 80% (oitenta por cento) na terceira e última avaliação - ótimo.

Parágrafo Único. O conceito de desempenho a que alude o *caput* deste artigo considerará o servidor desaprovado no estágio probatório, sendo ele encaminhado para exoneração, observado, e todo caso, o disposto no artigo 30 desta lei.

Capítulo III

Das Comissões de Avaliação de Desempenho

Art. 18. Serão constituídas três comissões para o processo de avaliação de desempenho para o estágio probatório:

I. Comissão Central do Estágio Probatório, doravante denominada Comissão Central, coordenada pela Procuradoria Geral do Estado, Escola de Governo do Paraná e Divisão Jurídica de Recursos Humanos (DJRH),

da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, com integrantes nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo;

II. Comissão Secretarial de Avaliação do Estágio Probatório, doravante denominada Comissão Secretarial, com integrantes nomeados por Resolução Conjunta do Secretário de Estado da Pasta e da SEAP; e

III. Comissão Regional/Descentralizada de Avaliação do Estágio Probatório, doravante denominada Comissão Regional/Descentralizada, com integrantes nomeados por Resolução do Secretário de Estado da Pasta e/ou titular do órgão.

Art. 19. As atribuições de cada Comissão são:

I. Comissão Central, com atribuição soberana de instância final, possuindo os poderes de organização dos trabalhos das demais comissões, análise de conflitos e proposição concreta em relação aos resultados da Comissão Secretarial.

II. Comissão Secretarial, com atribuição soberana de instância intermediária, com poderes de propor o encaminhamento de resolução conjunta de aprovação ou desaprovação de desempenho para o estágio probatório, bem como a aplicação da avaliação de desempenho em sua instância organizacional.

III. Comissão Regional/Descentralizada, com atribuição precípua de aplicação da avaliação de desempenho em sua instância organizacional diretamente ao servidor e da lavratura de Resolução após os resultados finais da avaliação.

Art. 20. A Comissão Central será composta de no mínimo 03 (três) servidores estáveis e respectivos suplentes, com participação obrigatória de servidores da área jurídica da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 21. A Comissão Secretarial será composta de no mínimo 03 (três) servidores estáveis e respectivos suplentes, presidida pelo chefe formal da Unidade de Recursos Humanos do órgão.

Parágrafo Único. Os integrantes da comissão referida no *caput* deste artigo deverão ser servidores estáveis de nível hierárquico não inferior a dos funcionários a serem avaliados, e ter pelo menos 1 (um) ano de exercício no órgão ou na unidade a que estejam vinculados.

Art. 22. A Comissão Regional/Descentralizada será composta de no mínimo 03 (três) servidores estáveis e respectivos suplentes, sendo um dos membros a Chefia imediata do servidor, formalmente nomeada, e 2 (dois) pares avaliadores.

§ 1º Os pares avaliadores da comissão referida no *caput* deste artigo deverão ser servidores de nível hierárquico não inferior a do funcionário a ser avaliado, e ter pelo menos 1 (um) ano de exercício no órgão ou na unidade a que estejam vinculados.

§ 2º Conceitua-se como Chefia imediata o responsável pelo acompanhamento e avaliação do desempenho do servidor na execução do seu trabalho efetivo.

§ 3º Conceitua-se como Par Avaliador o servidor componente da comissão a que se refere o parágrafo 1º deste artigo.

§ 4º Não havendo número suficiente no setor para designação como Par Avaliador ou não havendo servidor estável para composição da Comissão Regional/Descentralizada, a Comissão Avaliadora poderá ouvir servidor extra-comissão sobre o avaliado, sob regime de acareação.

Art. 23. A chefia ou par serão considerados impedidos de exercer as atribuições previstas nas Comissões Secretarial ou Regional/Descentralizada, sob pena de responsabilidade, quando o funcionário a ser avaliado se tratar de cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, devendo tais atribuições, neste caso, serem delegadas.

Parágrafo Único. Ocorrendo a hipótese prevista no *caput*, a Comissão Central delegará as atribuições previstas ao servidor referido no *caput* deste artigo na Comissão Secretarial ou Regional/Descentralizada a um dos funcionários efetivos do órgão/unidade, o qual avaliará aquele em estágio probatório.

Capítulo IV

Do Processual da Avaliação de Desempenho

Seção I

Das Condições Gerais da Avaliação

Art. 24. O servidor submeter-se-á a 3 (três) avaliações de desempenho, obedecidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º O prazo para início da avaliação de desempenho para o estágio probatório iniciará na data de exercício do servidor no cargo e função para o qual foi nomeado.

§ 2º O funcionário terá seu desempenho avaliado pela Comissão Regional/Descentralizada até, no máximo, no décimo primeiro, vigésimo segundo e trigésimo terceiro meses, contados a partir da data do início de seu exercício.

§ 3º A data da conclusão da última Avaliação de Desempenho antecederá, em 90 (noventa) dias, àquela prevista para a aquisição da estabilidade pelo servidor.

§ 4º O resultado final da Avaliação de Desempenho do período será obtido pela combinação dos resultados das avaliações anuais.

§ 5º Verificadas ou apontadas infrações disciplinares, bem como nas hipóteses de inaptidão ou incapacidade do funcionário para o exercício de seu cargo/função, declarada pelo órgão médico pericial do Estado, a avaliação poderá ser dada por concluída e encerrada, sendo os documentos encaminhados para a Comissão Central de Avaliação de Estágio Probatório, para a adoção das medidas cabíveis e sem prejuízo da instauração do competente processo administrativo.

Art. 25. A Comissão Regional/Descentralizada, sob pena de responsabilidade, terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para o início da avaliação e encaminhamento dos resultados de cada etapa da avaliação à Comissão Secretarial, apresentando sugestões ou medidas para a melhor adaptação do servidor ao trabalho.

Parágrafo Único. O prazo a que se refere o *caput* será computado a partir do décimo primeiro, vigésimo segundo e trigésimo terceiro meses, respectivamente, tendo como base a data do início do efetivo exercício do funcionário.

Art. 26. Ao funcionário em estágio probatório poderão ser concedidas as licenças:

I - para tratamento de saúde;

II - quando acometido de doenças infecto-contagiosas;

III - quando acidentado no exercício de suas atribuições;

IV - para repouso da gestante; e

V - quando convocado para o serviço militar.

Parágrafo Único. Será igualmente avaliado o funcionário em gozo de quaisquer licenças previstas neste artigo, ao retomar o exercício de seu cargo e função.

Art. 27. Na terceira avaliação, ocorrida no trigésimo terceiro mês, a Comissão Regional/Descentralizada emitirá avaliação final, com suas considerações e indicação de estabilidade ou exoneração, se for o caso.

Art. 28. Será considerado aprovado na avaliação o servidor que obtiver o conceito regular ou 60% (sessenta por cento) no mínimo na primeira avaliação e o conceito ótimo ou 80% (oitenta por cento) no mínimo na segunda e terceira avaliações.

Parágrafo Único. Será considerado desaprovado no estágio probatório e para o serviço público o servidor que não obtiver esses conceitos, sendo encaminhado para exoneração.

Art. 29. O funcionário transferido de uma unidade organizacional para outra no próprio órgão, há menos de 3 (três) meses da data de avaliação, deverá ser avaliado pelas duas chefias, cada qual responsável pelo período em que o servidor esteve sob sua supervisão.

Seção II

Dos Resultados das Etapas de Avaliação

Art. 30. Será dada ciência ao servidor, pela chefia imediata, do resultado de sua avaliação em cada etapa, através da ficha individual de avaliação de desempenho para o estágio probatório, na forma do Anexo II desta lei.

§ 1º Na hipótese de conceito insuficiente ou regular na primeira avaliação de desempenho, o servidor terá o direito de apresentar o contraditório e ampla defesa.

§ 2º Antes do encaminhamento da conclusão dos trabalhos da avaliação, a Comissão Regional/Descentralizada científicará o servidor em estágio probatório da abertura do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da sua ciência, para apresentação de defesa escrita e/ou rol de testemunhas, bem como da vista do processo durante esse prazo, na dependência onde funcione a respectiva comissão.

§ 3º Não acatado o recurso interposto pelo servidor, a Comissão Regional/Descentralizada encaminhará o processo à Comissão Secretarial, com indicações de adoção de medidas para melhoramento do desempenho do servidor, juntamente com sua defesa.

§ 4º A Comissão Secretarial analisará a defesa e as medidas sugeridas, apontando o resultado final de suas conclusões, com ciência do servidor.

§ 5º Verificando-se a recusa do funcionário avaliado em atestar a ciência do resultado final, será esta suprida pela assinatura de duas testemunhas, que o farão na presença do mesmo.

§ 6º Na hipótese de manutenção de conceito insuficiente, ou seja, menor que 60% (sessenta por cento) na primeira avaliação, o servidor será encaminhado para curso de capacitação que enfocará a melhoria nos fatores e indicadores que apresentaram insuficiência.

§ 7º Na hipótese de conceito regular, ou seja, entre 60% (sessenta por cento) e 80% (oitenta por cento) na segunda ou na terceira avaliação de desempenho, o servidor terá o direito de apresentar o contraditório e ampla defesa.

§ 8º Não alcançado o conceito ótimo, ou seja, acima de 80% (oitenta por cento) na segunda e na terceira avaliação, o servidor será considerado inapto para o serviço público.

Art. 31. Considerado desaprovado no estágio probatório, a documentação do processo de avaliação será encaminhada à Comissão Central, observando-se, se for o caso, o prazo de 03 (três) meses antes do vencimento do estágio probatório para as providências pertinentes, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único. Apresentado o relatório final da comissão, concluindo pela não-aprovação do funcionário no estágio probatório, será o mesmo exonerado nos termos da legislação vigente.

Art. 32. Considerado aprovado no estágio probatório, na avaliação final das três etapas, com vistas às permanências do funcionário no cargo efetivo para o qual foi nomeado, o processo de avaliação será encaminhado à Comissão Secretarial, que providenciará a resolução conjunta para a declaração da estabilidade do servidor no cargo.

§ 1º Após a publicação do ato, a documentação do processo de avaliação do servidor será encaminhada

à Unidade de Recursos Humanos do órgão, observando-se o prazo de 03 (três) meses antes do vencimento do estágio probatório, para conhecimento e assentamentos funcionais.

§ 2º A documentação da Avaliação de Desempenho para o estágio probatório de cada servidor deverá ser registrada no Sistema Integrado de Documentos do Poder Executivo em um único processo, sendo arquivada na Unidade de Recursos Humanos e reativada a cada etapa, até a avaliação final, quando então será arquivada na pasta funcional do servidor.

§ 3º Deverão ser incluídas na documentação mencionada no parágrafo anterior as fichas dos grupos de fatores e indicadores bem como a Ficha Funcional Individual de Avaliação de Desempenho para o Estágio Probatório.

Seção III

Dos Recursos

Art. 33. Na hipótese de não-concordância pelo funcionário quanto ao resultado de cada avaliação, caberá pedido de reconsideração à Comissão Regional/Descentralizada da respectiva avaliação, a ser requerido através de protocolo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do ato de conhecimento da avaliação correspondente.

§ 1º Do resultado desse recurso, caberá pedido de análise, apuração dos fatos e emissão de parecer dirigido à Comissão Secretarial, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de ciência do resultado.

§ 2º Não havendo interposição de pedido de reconsideração por parte do funcionário avaliado, a unidade de recursos humanos providenciará ato de exoneração.

Capítulo V

Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 34. As carreiras legalmente organizadas do Poder Executivo que adotaram instrumento e processual próprio para a aprovação do desempenho no estágio probatório, para fins de atendimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 36 da Constituição Estadual e parágrafo 4º do artigo 41 da Constituição Federal submeterão seus procedimentos à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP/ Comissão Central.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP/Comissão Central será a competente validadora do processo a que se refere este artigo, através de resolução conjunta especialmente para esse fim com os órgãos gestores das carreiras previstas no *caput*.

Art. 35. Aos servidores que estiverem em estágio probatório na data de promulgação desta lei será aplicada Avaliação Especial de Desempenho Transitória, a ser regulamentada por Resolução Conjunta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP/ Comissão Central e o órgão gestor dos servidores.

Art. 36. Os servidores que tenham completado o tempo constitucional de 3 (três) anos de efetivo exercício na data de promulgação desta lei e que também não tenham sido enquadrados nas condições e penalidades previstas nos artigos 6º, 15 e 16 desta lei, apuradas administrativa ou judicialmente, serão declarados estáveis, por ato do Titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Parágrafo Único. O titular do órgão de lotação dos servidores encaminhará listagem contendo nome do órgão de lotação, RG e nome dos servidores por ordem alfabética, cargo e função de ingresso de cada servidor e período do estágio probatório de cada servidor.

Art. 37. A matéria constante da presente lei complementar não poderá ser alterada por lei que disponha

sobre a organização de carreiras ou outras estranhas à matéria desta lei complementar, somente podendo ser alterada por iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo e sendo vedada sua alteração em parte exclusivamente para uma única carreira.

Art. 38. Os casos omissos ou complementares a esta lei serão resolvidos pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, através da Comissão Central, especialmente no que se refere às disposições contidas neste capítulo.

Art. 39. Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

FATORES E INDICADORES	CONCEITO				
1 - Compartilhamento das Informações	Capacidade de compartilhar as informações de modo que os serviços não fiquem prejudicados e/ou limitados à presença do responsável pela atividade. É o ato de descentralização da informação.				
	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
	Ud. Medida	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Não se Aplica
1.1 Compartilha as informações necessárias que possam interferir no desempenho das tarefas dos colegas ou equipe.					
1.2 Comunica o desenvolvimento das atividades, através de meio apropriado, de maneira clara e concisa.					
1.3 Presta informações ao superior hierárquico ou funcional sobre o desenvolvimento dos fatos e/ou atividades, para providências.					
1.4 Expressa-se, nas diversas formas, de maneira clara, objetiva e adequada.					
1.5 É capaz de ouvir o outro e dar respostas consistentes.					
1.6 Sabe expor suas ideias e repassar as informações necessárias para o resultado do trabalho.					
SOMA DOS MULTIPLICADORES (TRANSPORTAR VALORES PARA FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL).		0	0	0	

2 - Comprometimento	Disposição para a ação e para o esforço em prol da instituição ou disposição pela qual coloca seu potencial a serviço do setor.				
	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
	Ud. Medida	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Não se Aplica
2.1 Compromete-se com o processo de desenvolvimento ou aperfeiçoamento de suas tarefas, participando de estudos, cursos e/ou treinamentos.					
2.2 Atende espontaneamente às solicitações da instituição quando há necessidade de apoio temporário, forças-tarefa grupos de trabalho, comissões, comitês ou campanhas institucionais, projetos ou equipes.					
2.3 É responsável, assumindo tarefas e suas implicações e/ou consequências.					
2.4 Conhece e cumpre as ordens e normas disciplinares.					
2.5 Aperfeiçoa-se profissionalmente para aproveitar ao máximo seus equipamentos e materiais.					
2.6 Participa das capacitações realizadas pelo órgão sempre que solicitado.					
SOMA DOS MULTIPLICADORES (TRANSPORTAR VALORES PARA FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL).		0	0	0	

3 - Administração do Tempo	Capacidade de ser assíduo, pontual, sem interrupções durante o período de trabalho e cumprimento dos prazos para a realização das atividades.				
	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
	Ud. Medida	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Não se Aplica
3.1 É pontual.					
3.2 É assíduo.					
3.3 Trabalha sem interrupções constantes.					
3.4 Cumpre os prazos estipulados para realização das tarefas sob sua responsabilidade.					
3.5 Cumpre os horários estabelecidos pela instituição.					
SOMA DOS MULTIPLICADORES (TRANSPORTAR VALORES PARA FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL).		0	0	0	

4 - Conhecimento e Qualidade de Trabalho	Conhecimento teórico e prático das atividades sob sua responsabilidade, aplicando os procedimentos, normas e padrões internos necessários de forma completa, precisa e criteriosa, atendendo aos objetivos, metas e prazos estabelecidos.				
	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
	Ud. Medida	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Não se Aplica
4.1 Conduz suas atividades de modo que não exista interferência ou concomitância entre uma e outra atividades ou tarefa.					
4.2 Distribui, de forma sequencial e lógica, as etapas das tarefas.					
4.3 Planeja sus tarefas de forma a garantir economia e otimização de recursos e/ou materiais.					
4.4 É organizado, sendo capaz de estruturar os recursos materiais, humanos e financeiros, visando à consecução de suas tarefas.					
4.5 Quando erra, procura corrigir-se e evita os mesmos erros.					
4.6 Seu trabalho está dentro dos padrões de qualidade e prazos exigidos.					
4.7 Conhece a legislação aplicável à sua função, às suas atividades e à sua profissão.					
4.8 Conhece a estrutura hierárquica e funcional necessária ao funcionamento do órgão onde trabalha.					
4.9 Toma conhecimento, através do meio apropriado, dos fatos que possam afetar o desempenho de suas tarefas dos colegas ou equipe.					
4.10 Executa ordens e/ou tarefas rotineiras sem necessidade de supervisão constante.					
4.11 Tem habilidade e conhecimentos técnicos e práticos em nível compatível para o desempenho de suas atribuições, mesmo as não rotineiras.					
4.12 As informações e serviços prestados pelo servidor são precisos e transmitem credibilidade e confiança.					
SOMA DOS MULTIPLICADORES (TRANSPORTAR VALORES PARA FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL).		0	0	0	

5 - Resolução de Problemas, Iniciativa e Criatividade	Capacidade de encontrar alternativas viáveis para solucionar os problemas e imprevistos e disposição para agir diante de situações novas e rotineiras.				
	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
	Ud. Medida	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Não se Aplica
5.1 Procura conhecer e entender as necessidades do usuário do serviço público, interno ou externo, buscando soluções de acordo com as normas vigentes.					
5.2 Resolve os casos que não se enquadrem em sua rotina.					
5.3 Diante de uma situação que possa ter como consequência um problema, toma atitudes afim de evitar sua evolução.					
5.4 Enfrenta as novas tarefas como novos desafios, tendo a iniciativa de buscar informações e conhecimentos necessários para executá-las.					
5.5 Propõe ideias ou soluções alternativas para aperfeiçoar o trabalho sob sua responsabilidade ou do setor.					
5.6 Tem a iniciativa de resolver os casos ou tarefas mais rotineiros.					
SOMA DOS MULTIPLICADORES (TRANSPORTAR VALORES PARA FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL).		0	0	0	

6 - Comportamento Ético	Atitude de respeito para com a pessoa, integridade, senso de justiça, impessoalidade e descrição nas ações.				
	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
	Ud. Medida	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Não se Aplica
6.1 Mantém sigilo sobre as informações confidenciais referentes ao seu trabalho ou às informações sobre as quais têm acesso.					
6.2 Obedece aos mandamentos regimentais universais (Constituição, Estatuto, Leis) e/ou a legislação específica de sua atividades ou profissão.					
6.3 Não tem histórico de violência física.					
6.4 Não tem atitudes antissociais tais como gestos obscenos e tratamento desrespeitoso.					
6.5 Utiliza-se de linguagem adequada, não fazendo uso de gírias e/ou vocabulário grosseiro.					
6.6 Apresenta-se no local de trabalho adequadamente trajado e em condições de asseio pessoal.					

6.7 Não realiza favores particulares ou se utiliza de sua posição ou prerrogativas para beneficiar a si ou outrem.					
6.8 Quando cobrado em alguma situação, em que houve falha ou conflito, assume suas responsabilidades, não atribuindo a culpa a terceiros.					
6.9 Não leva para o local de trabalho objetos ou materiais não permitidos, conforme as normas pertinentes.					
6.10 Não troca de plantão sem autorização da chefia.					
6.11 Não forja registro de presença ou pontualidade.					
6.12 Não aceita presentes ou favores de outras pessoas.					
6.13 Não participa de conluios contra a instituição, funcionários ou terceiros.					
6.14 Não favorece a entrada ou saída de correspondência ou documentos não monitorados ou controlados.					
6.15 Não comparece no local de trabalho sob efeito de uso indevido de substância psicoativas.					
6.16 Não vende ou negocia plantões, escalas ou turnos.					
6.17 Não contribui para proliferação de boatos.					
6.18 Não leva material ou equipamento da instituição para casa, para fins pessoais.					
6.19 Não permite que assuntos pessoais interfiram nos assuntos de trabalho.					
6.20 É discreto em suas atitudes e manifestações.					
SOMA DOS MULTIPLICADORES (TRANSPORTAR VALORES PARA FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL).	0	0	0	0	

7 - Utilização das ferramentas e recursos materiais	Capacidade de considerar os fatores de custos, disponibilidade, uso correto e cuidados para com as ferramentas e recursos. Observação das normas e padrões internos necessários para exercer suas funções.				
	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
	Ud. Medida	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Não se Aplica
7.1 Utiliza os equipamentos que estão sob sua responsabilidade, conforme as recomendações e/ou capacitação, aproveitando-os adequadamente em suas tarefas.					

7.2 Mantém os cuidados de manutenção preventiva dos equipamentos e veículos que estão sob sua responsabilidade.					
7.3 É racional na utilização dos equipamentos e materiais.					
7.4 Não utiliza os equipamentos/materiais da instituição para fins particulares.					
7.5 Zela pelos equipamentos e materiais que utiliza em suas atividades, mantendo-os limpos e organizados.					
SOMA DOS MULTIPLICADORES (TRANSPORTAR VALORES PARA FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL).	0	0	0		

8 - Relacionamento Interpessoal e Trabalho em Equipe	Capacidade de interagir com as pessoas, respeitando as características, ideias e opiniões diferentes, sem criar atritos desnecessários.				
	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
	Ud. Medida	Atende	Atende Parcialmente	Não Atende	Não se Aplica
8.1 Participa dos estudos de caso, conselhos e reuniões de trabalho, colocando suas ideias de forma a não agredir ou desacatar outras pessoas.					
8.2 Não influencia negativamente o ambiente de trabalho.					
8.3 Reage de maneira adequada, acatando as ordens ou assimilando os novos métodos, adaptando-se bem às novas situações.					
8.4 Lida de forma adequada com opiniões divergentes, procurando solucionar conflitos e condições adversas no ambiente de trabalho.					
8.5 Aceita críticas que são feitas em relação ao seu trabalho, não levando para o lado pessoal.					
8.6 Tem habilidade de interagir e manter o bom relacionamento com seus pares, superiores, subordinados (se houver) e usuários do serviço público, internos e externos.					
SOMA DOS MULTIPLICADORES (TRANSPORTAR VALORES PARA FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL).	0	0	0	0	

MULTIPLICADORES DOS CRITÉRIOS:

2 = ATENDE

1 = ATENDE PARCIALMENTE

0 (ZERO) = NÃO ATENDE

Ofícios

Sob o nº 583-GS do Sr. Rogério Gonçalves Thomé - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, que solicita esclarecimentos sobre a compra de pistolas para a Polícia Militar do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 600-GS do Sr. Rogério Gonçalves Thomé - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que solicita esclarecimentos sobre a arrecadação e a utilização do dinheiro oriundo das multas de trânsito no Estado do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Proposta de Emenda à Constituição

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Com fulcro no disposto no artigo 64 da Constituição Estadual, faz-se a presente proposição:

Art. 1º O artigo 66 da Constituição do Estado, inciso IV passa a contar com a seguinte redação:

Art. 66. (...)

IV - criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Valdir Rossoni, Chico Noroeste, Fernando Scanavaca, Duílio Genari, Mauro Moraes, Teruo Kato, Augustinho Zucchi, Antonio Belinati, Marcelo Rangel, Cida Borghetti, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Felipe Lucas, Jocelito Canto, Elio Rusch, Dobrandino da Silva, Luiz Nishimori e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de Emenda Constitucional se faz pertinente tendo em vista o princípio da simetria constitucional.

Por princípio da simetria entende-se a necessidade de obediência das constituições estaduais e das leis orgânicas do Distrito Federal e Municípios aos ditames elencados e formadores do Estado, previstos na Constituição Federal.

Ocorre que a redação do inciso IV supra, passou a ter redação alterada no seu texto inspiratório, que é a CF/88, após a Emenda Constitucional de nº 032/01.

Assim dispõe o texto Constitucional Federal após referida emenda:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública, observado o disposto no artigo 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 032, de 2001).

Portanto, com base no princípio da simetria, é salutar e necessária a alteração de texto constitucional estadual, no sentido de se suprimir a expressão “estruturação e atribuição”, do artigo acima mencionado.

Ainda, pertinente é o acréscimo da expressão extinção, conforme previsto na Constituição Federal.

Nesse sentido, é o entendimento dos Tribunais Pátrios:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA. LIMITES SOBRE O NÚMERO DE SECRETARIAS DE GOVERNO E RESPECTIVOS CARGOS. INADMISSIBILIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. 1 - Os Estados-membros, na elaboração de seu processo legislativo, não podem afastar-se do modelo federal ao qual devem sujeitar-se obrigatoriamente (CF, artigo 25, *caput*). Entre as matérias que não podem ser disciplinadas pelo poder constituinte estadual acham-se aquelas cuja iniciativa reservada são do Chefe do Poder Executivo (CF, artigos 61, parágrafo 1º, II, “a” e “e” e 84, I, VI, “a” e “b”, e inciso XXV). 2 - Não pode a Constituição do Estado limitar o número de Secretarias de Governo, dispor sobre os respectivos cargos, promover a fusão de unidades administrativas e a extinção de órgãos e funções gratificadas. Ação direta de inconstitucionalidade procedente. (STF, ADI Nº 102, REL. MIN. MAURÍCIO CORRÊA, JULGADA EM 08/08/02).

Assim sendo, com base no princípio da simetria constitucional, e considerando a EC/32 de 2001, é pertinente o presente projeto de emenda constitucional a fim de que seja suprimida a expressão “estruturação e atribuição” e acrescida a expressão “extinção” constante no inciso IV do artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná, aumentando dessa forma o rol de competências do Poder Legislativo do Estado do Paraná

Indicação

INDICAÇÃO N° 581/09

SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado de Segurança Pública a disponibilização de viatura de Polícia Militar para o Município de Piraí do Sul.

Ao Exmo. Secretário da Segurança Pública Luiz Fernando Delazari:

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o seguinte:

1 - a disponibilização de uma nova viatura de Polícia Militar para o Município de Piraí do Sul.

2 - a solicitação justifica-se tendo em vista que, conforme relatado pela Câmara de Vereadores de Piraí do Sul, a única viatura da Polícia Militar em atividade no Município está em estado precário de conservação apresentando frequentemente problemas mecânicos. Consideram ainda que apenas dois policiais são escalados para plantão por dia, o que compromete a demanda de ocorrências. Os Vereadores sinalizam também que o atendimento feito pelo telefone 190 fica comprometido com a falta de mais viaturas.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 2100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei n° 036/09, que institui feriado estadual no dia 20 de novembro em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e ao Dia Nacional da Consciência Negra, por existir a Lei n° 15674, de 13/11/07.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N° 2099

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 128 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o encaminhamento e aprovação de expediente para realização de Audiência Pública nas dependências do plenário desta Casa Legislativa, a realizar-se no próximo dia 27 de maio do corrente, no período das 8h30 às 12h, sob o tema a implantação do subsídio como forma de remuneração dos servidores militares.

Conforme estabelece o parágrafo 4° do artigo 39 da CF, a partir das alterações produzidas pela Emenda

Constitucional n° 019, o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, XI.

Considerando que o artigo 144 da CF estabelece que os servidores policiais militares e corpo de bombeiros militares enquadram-se no disposto pela Emenda n° 019 e, considerando a Notificação Judicial Cível n° 0480892-0, de 14/03/08, do Tribunal de Justiça do Paraná resultante da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão do Governo do Paraná, torna-se de fundamental importância a realização de Audiência Pública para o aprofundamento destas discussões e a procura imediata de soluções para a regularização dos preceitos legais que regem a remuneração dos servidores militares do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(aa) PROFESSOR LEMOS
MAURO MORAES

REQUERIMENTO N° 2102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência, do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 06 do mês corrente, por motivo de compromisso na Prefeitura Municipal para o atendimento urgente de solicitações da comunidade.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 2111

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento às Sessões de 05 a 07/05/09, devido tratamento de saúde.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO N° 2104

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 133 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social.

A Frente Parlamentar de Assistência Social, a ser presidida por este Deputado Estadual, terá por finalidade mobilizar os Parlamentares para congregar forças na luta pela implementação da política de Assistência Social

como política pública que assegure a proteção social aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo o SUAS como um sistema integrado e descentralizado como preconiza, a PNAS/2004, NOB/SUAS/2005 e NOB/RH/2006.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Apoiamento:

Péricles de Mello, Luciana Rafagnin, Elton Welter, Tadeu Veneri, Pastor Edson Praczyk. Beti Pavin, Mauro Moraes, Antonio Belinati, Pedro Ivo, Felipe Lucas, Rosane Ferreira.

REQUERIMENTO N° 2074

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Adelaide Barradas, ocorrido no último dia 21 de abril.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. Fernando Barradas e seus filhos José Barradas e João Barradas.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares da Sra. Maria Adelaide Barradas os nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 21/04/09, que deixa eternas saudades.

Nascida em Portugal e vinda ainda criança ao Brasil a Sra. Maria Adelaide Barradas era pessoa de destaque na região por ser comerciante a mais de 55 anos no Distrito de Paraná do Oeste, Município de Moreira Sales. Faleceu aos 76 anos de idade.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 2091

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Farias, ocorrido no dia 06/05/09.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. Antonio dos Reis Pereira, viúvo.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares da Sra. Maria Farias os nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 06/05/09, que deixa eternas saudades.

Esposa do Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Mourão era, também, funcionária do Colégio e Faculdade Integrado.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 2092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Zilma de Filipasusk Geteski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2093

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ester Edazina Visnievicz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2094

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Vicente Bitekosk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2095

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rosalina Pobe Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2096

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Curtina Muriel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2097

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Joaquim Nunes de Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2098

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Dezevki, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2088

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Danieli Bonato Haloten.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Danieli Bonato Haloten, primeira atriz cega a atuar em novelas brasileiras, desbravando um campo novo, superando dificuldades, demonstrando a capacidade que não só ela possui, mas que todos os deficientes tem, seu pioneirismo é exemplo para outros que possuam algum tipo de deficiência, seu trabalho diante das câmeras é a realização para uma atriz em início de carreira, fazendo história na televisão brasileira, abrindo caminhos para que outros também tenham oportunidade de explorar a profissão de ator.

REQUERIMENTO N° 2086

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, e ao Sr. Valter Bianchini, Secretário da Agricultura e Abastecimento, para que seja disponibilizada uma Patrulha Rural para Associação de Agricultores da comunidade de Flor da Serra no Município de Coronel Vivida.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que esta patrulha rural será de grande importância para a Associação de Agricultores da comunidade de Flor da Serra no Município de Coronel Vivida.

A associação conta com 47 sócios todos pequenos agricultores, declarada utilidade pública em 30/08/05 tem como objetivo auxiliar e orientar os mesmos.

Além de beneficiar seus atuais sócios abrangerá conforme seu estatuto comunidades adjacentes como: Linha Polese, Linha Padre e parte da comunidade de Alto Pinhal atendendo aproximadamente 150 pessoas.

A disponibilidade da patrulha rural irá apoiar agricultores no contexto agrícola e pecuário, bem como incentivar sua organização.

Eis que fazemos este apelo para que os moradores daquele Município e região possam usufruir deste benefício.

REQUERIMENTO N° 2087

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio expediente para o Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR/PR, encaminhando ofício da PROVOPAR Ação Social do Município de São Miguel do Iguaçu, solicitando a doação de cobertores, colchões, cadeiras de rodas, cadeiras de banho e muletas.

Tal solicitação prende-se ao fato da referida entidade municipal atender a um grande número de pessoas carentes que necessitam do auxílio do Poder Público.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 2110

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Tizzot e ao Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Daniel Lúcio Oliveira de Souza, as seguintes informações referentes ao patrimônio da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, conforme segue:

1) Qual o patrimônio imobiliário da APPA? Relacionar e informar a localização de todos os imóveis de propriedade dos portos de Paranaguá e de Antonina.

2) Nos últimos 5 (cinco) anos foi vendido algum imóvel de propriedade da APPA? Em caso positivo, informar as condições da negociação, quem foram os adquirentes e juntar cópia das escrituras e das matrículas atualizadas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

3) No mesmo período, houve cessão ou doação de algum bem imóvel de propriedade da APPA? Sendo afirmativa a resposta, informar se a transmissão da posse

ou da propriedade ocorreu a título gratuito ou oneroso, e quais as condições da negociação, juntando os respectivos documentos (contrato, escritura, registro em cartório, etc.)

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(aa) PLAUTO MIRÓ, DOUGLAS FABRÍCIO, DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH E MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO N° 2103

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Providências do Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes e do Ilmo. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, acerca da atual situação do sistema de iluminação da ponte Ayrton Senna, localizada na BR-163, no Município de Guaíra.

A manutenção e conservação da referida ponte - que liga o Estado do Paraná ao Estado do Mato Grosso do Sul - era mantida pela tarifa arrecadada com o pedágio, extinto em junho de 2005. Desta época em diante, a conservação tanto da ponte quanto de seu entorno ficou deficiente, e a iluminação da ponte, que havia se tornado inclusive um atrativo turístico para o Município de Guaíra, está quase que totalmente depredada. O sistema de iluminação já sofreu até furtos de cabos, o que impossibilita seu pleno funcionamento.

Assim sendo, requer-se, respeitosamente, que o Governo do Estado, através de suas Secretarias de Estado competentes, especialmente a Secretaria dos Transportes, tome as providências necessárias no sentido de reestruturar o sistema de iluminação da ponte Ayrton Senna, pois além da segurança no trânsito deste trecho da BR-163, possibilitará novamente a exploração turística da localidade.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) ELIO RUSCH

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI N° 220/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a reversão ao patrimônio do Município de Santa Tereza do Oeste, do lote urbano n° 09 (nove), da quadra 124 (cento e vinte e quatro), com área de 525,00 m2, sem benfeitorias, do loteamento Cidade e Chácaras Santa Tereza/PR, com divisas e confrontações constantes da Matrícula n° 16269, do 2° Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, doados ao Estado do Paraná, através da Lei Municipal n° 227 de 02/05/97.

Art. 5° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem o objetivo de autorizar o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel descrito ao patrimônio do Município de Santa Tereza do Oeste.

O imóvel especificado foi doado para o Estado do Paraná com o intuito de que fosse construído um destacamento da Polícia Militar, o que à época não foi feito.

Anos mais tarde, através da Lei Municipal n° 629/07, foram doados outros dois lotes urbanos para atender à finalidade disposta na primeira doação.

O destacamento foi efetivamente construído nesta nova área, sem que houvesse solução para o imóvel anteriormente doado, ou seja, não se fez permuta entre os imóveis, ou mesmo a reversão daquele ao patrimônio do Município.

Ressalte-se que os lotes urbanos doados posteriormente somam área maior do que o constante na Lei Municipal n° 227, de 02/05/97.

Não bastasse esta situação, que equivocadamente gera enriquecimento sem causa ao Estado do Paraná, há que se observar o fato de o Município estar buscando a implantação de uma unidade da mulher e da criança em sua área urbana.

Ocorre que não há disponibilidade de áreas urbanas, nos moldes impostos pelo programa estadual de saúde, o que inviabilizaria a inserção do Município de Santa Tereza do Oeste.

Some-se a isso o fato de que o imóvel doado em 1997 está plenamente disponível, vez que não há qualquer projeto ou aparato estatal nele sediado, tampouco benfeitorias de qualquer ordem ou natureza.

Nesta conformidade, apresentamos este projeto de lei ao crivo parlamentar desta egrégia Casa Legislativa, convencidos do voto positivo de ampla maioria dos senhores membros.

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passa-se ao Horário do Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Boa tarde, Sra. Presidente, demais membros da Mesa, Deputadas e Deputados, nossos visitantes, telespectadores que nos acompanham pela TV SINAL.

O que me traz hoje aqui é para fazer um convite a todos os Deputados e a quem tiver interesse de debater a assistência social, no Estado do Paraná.

Vamos fazer uma Audiência Pública no dia 11, segunda-feira, no plenarinho da Assembleia Legislativa, às 9h da manhã, com a presença do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná e do Conselho Regional dos Trabalhadores e Assistentes Sociais do Estado do Paraná, com a presença de todos os Municípios. Estamos organizando a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social do Estado do Paraná.

Aproveitar esse espaço para convidar todos os Deputados para assinarem comigo o requerimento, para tomar parte desta Frente Parlamentar, uma vez que temos uma Frente Parlamentar Nacional, que estará aqui com representação, na próxima segunda-feira, no debate. Temos Frentes Parlamentares na Defesa da Assistência Social em vários estados do Brasil. Queremos construir aqui no Paraná esta Frente Parlamentar para debater os problemas que enfrentamos no Estado, em cada Município e também debater a possibilidade da construção de uma Comissão Permanente de Assistência Social na Assembleia Legislativa. A exemplo de outras comissões que temos na Casa, precisamos aprofundar o tema, neste momento que o Brasil está implementando nos Estados e Municípios o SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

Precisamos do apoio de todos e por isso a nossa vinda aqui, hoje. Amanhã, na Sessão de quinta-feira, a Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná estará aqui e fará uso do Grande Expediente, para falar também da importância desta Audiência Pública e desta Frente Parlamentar. Na sequência quero passar aos Deputados o requerimento e colher o apoio e a participação de V. Exas. nesta importante Frente Parlamentar do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, com a palavra, o Deputado Elio Lino Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Dois assuntos fazem com que eu use a tribuna na Sessão de hoje. Primeiro, sobre o veto que derrubamos ontem, em relação aos 35 mil professores do Estado do Paraná que cursaram na VIZIVALE.

Ontem foi levantada a discussão desse veto, que a autorização da instalação da VIZIVALE tenha ocorrido no Governo anterior. Não, no anterior não, porque anterior ao Governo Requião é o próprio Requião. Tinha sido instalado antes do Governo Requião. Na verdade, esse reconhecimento da VIZIVALE foi feito pelo Conselho Estadual de Educação, mas não foi reconhecido posteriormente. Sei do trabalho que o Deputado Péricles e outros Deputados fizeram, inúmeras viagens a Brasília, inúmeras reuniões aqui na Capital e no interior do

Estado, tentando encontrar uma saída para os professores que estudaram quase três anos, para que pudessem ter um aumento no seu salário. Infelizmente, esse curso da VIZIVALE não foi reconhecido.

O que quero deixar claro hoje, não quis polemizar ontem, uma vez que os professores aqui estavam, e não levar para o campo político, que não é o nosso objetivo. Mas, a verdade tem que ser dita, e é importante que os professores e a sociedade do Paraná saibam isso.

O Deputado Péricles, que é o Presidente da Comissão da Educação aqui nesta Casa, tem abraçado esta causa com muita propriedade, junto com outros Deputados.

Agora, ninguém falou ontem do Ministério da Educação! O Ministro da Educação, Fernando Haddad, é do PT. Isso tem que ser dito. E o Ministro não atendeu os professores. Ora, vamos colocar os pingos nos seus devidos lugares. O Ministro da Educação é do PT e não atendeu os professores nas suas reivindicações, para que pudessem receber os diplomas reconhecidos também pelo MEC.

Aí, Deputado Tadeu Veneri, a Assembleia Legislativa encontrou uma saída, sim, fizemos o projeto, foi aprovado por todos os Deputados, foi para o Governo do Estado, o Governador do Paraná, do PMDB, vetou o projeto, que era de interesse para os professores.

Agora, ontem foi falado, em pronunciamentos, discursos, porque as galerias estavam totalmente tomadas pelos professores das mais diversas áreas do nosso Estado, ninguém falou isso. Faço questão de lembrar, hoje, que o Ministro do PT não reconheceu e o Governo do PMDB vetou a lei.

Só espero que o Governador - para confirmar aquilo que os Deputados falaram ontem, que o próprio Governador concordou com a derrubada do veto, ontem, alguém levantou essa questão - só esperamos que o Governo do Estado não entre com uma ADIN agora, arguindo a inconstitucionalidade desta lei que será promulgada pela Assembleia Legislativa. Porque a lei foi para o Governo, o Governo vetou, nós derrubamos o veto e, diga-se de passagem, pela primeira vez vejo isso. Foi aprovado por unanimidade. Dos 44 Deputados que estavam no plenário, os 44 votaram contra o veto do Governador.

Passa a usar o horário da Liderança do Democratas

Outro assunto, Deputada Cida, que me traz à tribuna...

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Apenas para fazer uma consideração, eu ouço V. Exa. fazer uma afirmação que ninguém questionou que o Ministro Haddad havia se manifestado contrário.

Ontem o Deputado Romanelli fez justamente esta mesma crítica que V. Exa. faz, dizendo que o Ministro Haddad, do PT, do Governo Federal, não havia concordado com a solução apresentada, no caso da VIZIVALE, em Brasília.

Eu só gostaria então, ontem foi feito, talvez no momento V. Exa. estivesse com outra atividade e não foi possível perceber, mas ontem o Deputado Romanelli fez esta afirmação ao Plenário, inclusive, que estava aqui.

Só gostaria de deixar uma consideração, aproveitando a oportunidade que o senhor me dá deste aparte, o Ministro Haddad, na reunião ocorrida em Brasília, deixou muito clara a sua posição e a posição do Ministério, que este problema gerado por uma série de contradições, uma série de situações aqui específicas do Paraná, era um problema para ser resolvido no Paraná, especificamente, porque se tivéssemos, a partir do Ministério da Educação, uma abertura para todos os cursos, ser tomado, na mesma forma que o Paraná, tomado nos outros Estados o mesmo procedimento, nós não teríamos 35 mil, teríamos, talvez, centenas de milhares de pessoas que, por alguma razão, também estiveram numa situação semelhante, buscando uma solução a partir do Governo Federal, quando na realidade há, de fato, uma situação local que teve que ser resolvida localmente.

Espero, como V. Exa. falou, que a solução tenha sido dada ontem.

Obrigado pelo aparte. Agradeço a consideração.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado Tadeu Veneri, e não poderia esperar outro posicionamento a não ser este de V. Exa.

Acho que o Ministério não criou esta situação, mas se ele quisesse poderia ter resolvido também. Mas como é do Governo Lula e o Governo Lula sempre diz: “Não sei de nada” - nunca na história deste País se viu coisa igual - então, ele segue, aprendeu bem e fala a mesma linguagem do Presidente da República, que é o seu chefe, sem sombra de dúvida. Estão bem afinados o Ministro da Educação com o Presidente da República.

A outra questão que eu queria abordar aqui, Srs. Deputados, é a questão da SANEPAR, que foi levantada ontem. O Deputado Stica, que foi nosso colega aqui na Assembleia Legislativa, fez uma exposição em relação à cobrança de lixo junto com a fatura de água em alguns Municípios. E esta questão pelo Deputado Reni Pereira, como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor aqui desta Casa, depois o Deputado Chico Noroeste apresentou um projeto de lei, outros Deputados também têm defendido a mesma tese, mas eu sei que temos, num lado, a sobrevivência até dos próprios Municípios, que têm que encontrar uma saída para cobrar esse lixo; de uma ou outra forma tem que ser pago, e como todos os Parlamentares levantaram a questão que a inadimplência com o IPTU é muito grande, então tem que ser encontrada uma saída. Não dá para radicalizar nem para um lado e nem para o outro.

Agora, esse ajuste que foi feito com o Ministério Público e a SANEPAR, se foi bem feito ou mal feito, temos que analisar ainda.

Eu, com toda honestidade, não posso fazer hoje, mesmo porque não tenho me debruçado em cima desta questão, mesmo porque os Municípios, talvez, que eu represente como Deputado e não como Líder da Oposição, meus Municípios talvez não tenham esse problema, mesmo porque alguns Municípios têm o SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do próprio Município, como é o caso de Marechal Cândido Rondon, Tupãssi e outros Municípios.

Mas ontem foi falado, e aliás o Governo do Estado, o Requião quando assumiu, ele disse, e o Presidente da SANEPAR e o seu Líder aqui na Assembleia sempre tem falado que a água é um bem público e não pode visar lucro.

Mas, vejam bem, Deputado Dobrandino, eu não quero colocar palavras na boca de ninguém, mas vejam, eu peguei as notas taquigráficas do gerente comercial da SANEPAR, Natálio Stica, ele disse o seguinte:

Então não temos lucro. O nosso negócio de lucro é água e esgoto. Foram palavras do Deputado Stica.

Então, vejam uma coisa, quando falam do Grupo Dominó, porque querem privatizar a SANEPAR, ninguém quer privatizar, nunca alguém falou: “Vamos privatizar a SANEPAR.” Isso é coisa inventada. Agora, tem acionista a SANEPAR? Tem, como a COPEL também tem acionistas. E em muitos Governos foi criado isso. Não é só de um Governo. Agora, o Governo Roberto Requião sempre fala: “É um bem público. A SANEPAR voltou para o controle do Governo e ele não pode dar lucro.” Ontem veio aqui um gerente da SANEPAR e disse, com todas as letras, que a SANEPAR, o negócio dela é lucro com água e esgoto.

Agora vejam o seguinte: hoje de manhã participamos de um debate sobre o Código Florestal, junto com o Deputado Cheida e a Deputada Luciana e o Vitor Hugo, que é o Presidente do IAP, e também levantamos essa questão. Vamos lembrar de novo aqui na Assembleia. A SANEPAR cobra 80% sobre a água do consumidor, aqui no Estado do Paraná, para coleta de esgoto, mas os 80% que ela cobra é para tratamento de esgoto. Mas do esgoto coletado na Cidade, quanto por cento é tratado? A SANEPAR está sendo injusta como empresa estatal. É uma cobrança indevida que ela faz da sociedade do Paraná, quando ela cobra água, quando ela cobra esgoto. Ora, se ela cobra 80% do esgoto de todas as pessoas que têm a rede de esgoto na frente da sua casa, ela tem a obrigação de tratar 100% do esgoto, porque ela cobra isso. Se não o lucro fica muito grande.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Elio Rusch, quando pedi o aparte V. Exa. ainda abordava o assunto dos professores. É uma pena que o Deputado Tadeu Veneri não tenha feito esse esclarecimento ontem na presença dos professores. Porque é fácil

hoje, as galerias estão vazias, defendermos inclusive que a medida do Ministério de Educação evitou que mais fossem lesados. Concorro com esse argumento do Deputado Tadeu Veneri. Agora, é bom que se frise que ontem foi afirmado aqui, com todas as letras, por parte do Líder do Governo, que se o Ministro da Educação do PT quisesse, poderia ter resolvido. Se omitiu e ainda foi indelicado com ele em uma conversa que ele presenciou. Bem como foi afirmado, com todas as letras, por um Deputado, que o Ministro também disse que se o Governador quiser resolve no âmbito estadual, é bom que se frise, porque ontem era fácil, o discurso. Hoje, já começa a realidade amadurecer e começamos ser mais cautelosos com as palavras.

Só para registrar, inclusive ontem procurei V. Exa., que preferiu não se pronunciar nesse sentido, que dava a impressão que os bonzinhos eram os que estavam derrubando o veto. Mas, na verdade, a responsabilidade de resolver de quem era? Só para reiterar que V. Exa. com a primeira parte do seu discurso, restabelece a verdade, porque alguém tem que ser responsável por essa situação. Se é o Governo Federal, resolva. Se é o Governo Estadual, resolva. O fato é que a Assembleia Legislativa não se omitiu, por unanimidade deu o instrumento legal. Se vai ter eficácia, só o tempo dirá.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado Elio, V. Exa. tem razão, na verdade. A política da SANEPAR neste Governo, e já era no passado, não arrecada do consumidor e passa para o Governo, ela investe pela própria SANEPAR e fica difícil para a sociedade paranaense. Isso, posso lhe garantir, e a política é essa. Pelo achatamento do valor cobrado pela água, que não tem reajuste, eles estão com dificuldade de recursos. Isso eu sei, na verdade, que muitos Municípios dão lucro para a SANEPAR do gasto que ela faz, outros dão prejuízos. Lá na minha Cidade, Foz do Iguaçu, já tem muito esgoto sendo coletado e tratado e muitos ainda não. Mas na verdade não dá para fazer aqui uma denúncia, uma crítica que a SANEPAR cobra exagerado e tem muito lucro. O lucro é revertido dentro da própria SANEPAR.

Seria bom a SANEPAR esclarecer para nós e para a sociedade como são revertidos os lucros que a SANEPAR tem em muitas Cidades, e V. Exa. colocou com propriedade. Mas na verdade é para reverter dentro do próprio Estado. Não sou muito favorável que cobrem das pessoas mais pobres, mas os Municípios que adotaram esse sistema aumentaram a arrecadação, e que isso também é para a população.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado Dobrandino, Deputado Reni Pereira, que participaram com seus apartes, com suas colocações, sem sombra de dúvida, enriquecendo mais o nosso pronunciamento. Dizer que efetivamente a SANEPAR é uma empresa estatal, que tem ações de iniciativa privada e isso já existe há muito tempo.

É lógico que uma empresa obtém lucro, ela tem que reinvestir na sua empresa, na qualidade, para melhorar o seu serviço à população, exemplo, do que acontece com o telefone. Ligo no meu escritório, em Marechal Cândido Rondon, ouço: “Este número não existe.” Confiro e vejo que disquei certo. Existe hoje um atendimento que deixa a desejar e têm que ser melhorados também esses serviços.

Esse é um assunto para o próximo pronunciamento. Os Deputados Douglas, Antônio Belinati e Reni Pereira já se manifestaram em relação a esses serviços. Toda empresa que tem a concessão de um serviço público tem que investir na qualidade de melhorar os serviços para a sua clientela, para a sua gente e para a sua população.

Apenas para deixar registrado, bem claro, as palavras do Diretor e Gerente da SANEPAR, que disse com todas as letras que a SANEPAR está aí para dar lucro na água e no esgoto.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem, com certeza, foi um dia histórico para a Assembleia Legislativa, não só pela unanimidade da derubada do veto, mas também pela parte posterior à derrubada, que foi a explicação do Diretor da SANEPAR, do Prefeito, e principalmente dos apartes. Inclusive V. Exa. fez um aparte. E é importante que conseguimos, respeitosamente, receber um convidado do Presidente da Casa, que falou toda sua versão sobre a cobrança do lixo, mas conseguimos restabelecer a verdade. A verdade é que a SANEPAR aceitou, concordou e fez um ajustamento de conduta, porque estava irregular.

Restabelecer a verdade, temos que reconhecer, que sempre de uma maneira muito responsável, a Comissão de Defesa do Consumidor conduziu esta questão. Em lembro da denúncia, quando fiz aqui, no dia 17 de fevereiro, Deputado Dobrandino da Silva, V. Exa. fez um aparte, disse que não concordava e disse que estaria apoiando as ações que a Assembleia tomasse neste sentido. Também V. Exa., Deputado Douglas Fabrício, e vários outros Parlamentares.

Nós sempre procuramos, até atendendo a um pedido do próprio Presidente e de um dos membros da Comissão, que é o Deputado Francisco Bühner, de uma maneira responsável, buscar o respeito aos consumidores e não comprometer os Municípios. É interessante que posteriormente, e eu respeito a iniciativa de todos os Parlamentares, o Deputado Chico Noroeste apresentou um projeto, inicialmente, e quando foi lido, aqui, era para proibir a SANEPAR de cortar água, e cooflitou com um

projeto já existente do próprio Deputado Francisco Bühner, e na sequência ele fez uma emenda substitutiva proibindo a SANEPAR de cobrar, sem autorização do consumidor, que é justamente isto que diz o Termo do Ajuste de Conduta, e o projeto dele está tramitando.

Mas, quero dizer, Deputado Chico Noroeste, que sempre respeitei sua iniciativa parlamentar. E quando cobramos a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, pela comissão, foi para que, de uma maneira rápida, garantíssemos o respeito aos consumidores. E isto foi restabelecido em todo o Estado do Paraná. De agora em diante, não vosso projeto, mas me preocupei muito, até pelas ameaças que surgiram por parte de outros Parlamentares.

Hoje, na rádio, não sei se era o próprio, mas alguém me ligou e colocou numa rádio que me imputavam a responsabilidade de alguns Municípios virem a perder receita. E ontem esta ameaça foi feita naquela tribuna.

Quero dizer, de maneira bem clara: eu entrei aqui de cabeça erguida, assim como todos os Parlamentares, e quero sair de cabeça erguida. Quando defendi o interesse do consumidor, era em relação a este desrespeito. Agora, quaisquer medidas, inclusive decreto do Governador, será que o Governador só agora vai perceber que a SANEPAR cobrava isso e que isto é injusto, e uma série de coisas?

Ano que vem tem eleições. Não somos crianças. Não adianta. De agora em diante, se alguma medida for adotada para suspender a cobrança, é responsabilidade de quem fizer esta medida. Tanto do projeto de lei do Deputado Chico Noroeste, quando qualquer decreto do Governador. Daí, sim, tem que ver que vai prejudicar os Municípios. Nossa medida, que movemos em nome da Assembleia Legislativa - não foi em nome particular - assim como o Ministério Público não atuou de maneira individual e nem particular, foi no interesse coletivo, foi para resguardar os direitos do consumidor. E estes direitos, Deputado Dobrandino da Silva, que estavam sendo violados, a “camisa de força” que foi um termo que emprestei de V. Exa., quem usou este termo primeiramente foi V. Exa., eu usei de lá para cá, esta foi tirada do consumidor do Paraná. Ele poderá ligar, a partir deste mês, no 115, e cancelar. E com certeza os consumidores terão benefícios, porque as Prefeituras vão oferecer desconto para quem quiser continuar pagando por esta maneira, que é uma maneira eficiente. Nós nunca contestamos.

O Deputado Dobrandino da Silva, num aparte que fez agora, realmente evidenciou que nas Prefeituras, nesse quesito, está sobrando dinheiro. Ninguém está sonegando, a inadimplência é zero, mas o que eu quero - e aí é uma fase posterior, que é a nossa vigilância permanente aqui é que é o nosso poder de fiscalização - é porque ainda não está bem explicado o critério. Estou com cópia de documentos de uma barraca de lanches, que não tem nem um terreno, que em um mês ela gastou 2 m3 de água e veio R\$ 116 de coleta de lixo.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Ele foi lá na SANEPAR e protocolou um pedido, porque não tinha condições de pagar, já que vieram mais três contas com R\$ 116, e qual é o critério? É IPTU? Mas é uma barraca de lanches, que não paga IPTU! Então, temos que continuar.

Agora, do ponto de vista do respeito ao consumidor, o Termo de Ajustamento de Conduta respaldou os direitos dos consumidores do Paraná, e fiz questão inclusive de ontem falar para o Presidente Nelson Justus que desde o início, quando levantamos essa questão, tinha a preocupação com os Municípios, que não poderíamos nos omitir, porque a SANEPAR é uma empresa e não poderíamos, a partir de então, permitir que continuasse desrespeitando, ou acabava a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa.

Então, do ponto de vista da “camisa de força”, essa não existe mais. O consumidor poderá sair e provavelmente terão vantagens aqueles que vão assinar, que vão permitir, porque tenho certeza quase absoluta que as Prefeituras e os Prefeitos sabem que é uma maneira eficiente e vão dar um estímulo de provavelmente mais de 20% e desconto para aqueles que optarem por essa modalidade, porque economiza com advogado e uma série de outras coisas. Vai ter benefícios, mas de agora em diante, tanto o projeto de lei quanto o decreto, depois que a onça está deitada, qualquer outra ação não me responsabilizo. Daí sim, quem tomar, essa ação que vá se ater com os Municípios e com o caixa dos Municípios.

Então, não aceito a ameaça que foi feita ontem aqui e que foi feita em rádios, de que eu era irresponsável. Irresponsável eu seria se não tivesse defendido os interesses dos consumidores, porque é essa a minha função como Presidente, e fiz isso amparado pela autorização que todos os Parlamentares me deram, inclusive o Deputado Francisco Bühner, que era contra essa medida e preocupado com alguns Municípios seus, e deixei de maneira bem clara que não poderíamos consentir e ele autorizou que eu fosse ao Ministério Público, que denunciasses e o Ministério Público abriu o Inquérito Civil nº 021, que a partir do mês que vem vai constar em todas as faturas de conta de água, o que foi que resultou do TAC.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Olha Deputado, a sua intervenção com relação à SANEPAR na cobrança da coleta de lixo foi correta e realmente saneadora. Uma medida responsável, sendo que apoiei a sua intervenção e também continuo sendo contra a SANEPAR cobrar na marra, aquela “camisa de força” que muitos não têm nem condições de pagar. Por isso, agora vai ficar à critério do contribuinte.

Com relação ao projeto de lei do Deputado Chico Noroeste, qual é a diferença entre um e outro? Perdoe-me o Deputado Chico por ser muito direto e correto, mas o

senhor fez a justiça dentro da lei, corretíssimo. Qual é a diferença? O Deputado Chico, depois da sua intervenção, entra com uma mensagem aqui na Assembleia e encheu a Cidade de outdoors, lá em Foz do Iguaçu, falando do seu projeto. Aí já passa a ser um projeto político, e é claro que com isso se desqualifica a intenção do nobre Deputado.

Quero dizer ao Deputado Chico, nada contra ele, mas na verdade o que dizem lá em Foz? Estão dizendo que foi uma carona que pegou e encheu a Cidade de outdoors, tentando tirar proveito político, e não é a primeira vez que o Deputado Chico faz isso. Sou amigo dos dois, mas quero dizer que dou razão a V. Exa., e o mérito é do Deputado Reni, porque fez visando atender o contribuinte e não tirar proveito disso.

Obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Deputado Dobrandino, não existe mérito quando se cumpre a obrigação, e acabei de dizer que só fiz porque a comissão me deu essa condição. Peguei autorização da maioria e não fiz em nome individual, fiz em nome desta Casa, fiz em nome da comissão, e nada mais fiz do que minha obrigação.

Desde o início, respeito a iniciativa do Deputado Chico Noroeste, mas desde o início também falei ele mesmo: Deputado Chico, temos que tomar cuidado, porque daqui a pouco a SANEPAR se apegue na sua lei para não cumprir o respeito ao consumidor. E agora, na verdade, com a declaração do Deputado Romanelli, o perigo que vejo é de, daí sim, causar um dano aos Municípios que não terão a possibilidade de estabelecer, que é eficiente, desde que respeite o consumidor que terá a opção, a partir desse TAC, de dizer se quer ou não. Então eu não quero prejuízo para os Municípios.

O que pode acontecer com o seu projeto, principalmente se o Deputado Romanelli apresentar aquela emenda, é que vai inviabilizar uma parceria que é eficiente, desde que respeite os consumidores. Então, desde o início eu não fui irresponsável, eu fui de uma maneira responsável buscar os direitos do consumidor.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Reni, V. Exa., como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor aqui nesta Casa, está fazendo, sem dúvida alguma, um brilhante trabalho. É a sua função realmente lutar junto com os Deputados dessa comissão para que os direitos dos consumidores não sejam infringidos, que eles sejam plenamente atendidos.

O jeito que a SANEPAR vinha fazendo junto com os Municípios não atendia o direito do consumidor, infringia artigos, porque ele forçava uma situação que o consumidor nem tinha como se defender. Então, quando V. Exa. levantou aqui na Assembleia esta discussão, claro, naturalmente que surgiram depois novos projetos, do Deputado Chico Noroeste e outros Deputados, com o

objetivo de ajudá-lo. Vejo que foi uma vitória do consumidor com essa ação com relação ao Ministério Público, de colocar a SANEPAR na linha, porque ela estava fora da linha com essa postura.

Mas ontem eu ouvi o Deputado Romanelli, que é o Líder do Governo aqui na Assembleia Legislativa, que trouxe a posição do Governador. E pelo o que eu entendi, o Governador é contrário a SANEPAR, mesmo com conduta alinhada pelo Ministério Público, o Governador é contrário a SANEPAR prestar esse tipo de serviço, porque a SANEPAR oferece tratamento de água e esgoto, não coleta de lixo. Então, ela está querendo cobrar um serviço que não oferece para a população. E o Governador é contrário.

Então, espero que o Governador, como é o Chefe Geral do Estado, e a SANEPAR é do Estado, a maior parte, ele que vá à SANEPAR e resolva essa situação...

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Depois de sete anos.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Ele só vem dizer que é contrário agora, mas deixou quantos anos que a SANEPAR fizesse esses convênios com os Municípios de forma incorreta? Porque foi o Ministério Público que colocou na linha. Mas o Ministério Público só agiu também colocando na linha em função do trabalho de V. Exa. aqui nesta Casa. Isso tem que deixar registrado. Como é aquela passagem bíblica: *Dai a César o que é de César*.

V. Exa. tem realmente méritos nesse trabalho. Parabéns.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado, Deputado Douglas, V. Exa. que, desde o início, apoiou a iniciativa da Comissão de Direitos do Consumidor, e dizer que nunca falamos aqui que discordávamos da cobrança e da eficiência da cobrança. Aliás, a SANEPAR pode cobrar não só a taxa de lixo, como outras coisas, desde que o consumidor autorize. E desde a assinatura desse TAC a SANEPAR estará cumprindo as exigências, não existe mais nenhuma ilegalidade por parte da SANEPAR. Agora, se quiserem fazer palanque e dizer: "Vamos proibir a SANEPAR de praticar isso". Primeiro que ela é uma empresa, a COPEL pode fazer isso, qualquer um, desde que respeite a vontade do consumidor.

Então, de agora em diante não adianta querer fazer palanque, porque a SANEPAR já está adequada às regras do direito do consumidor.

O Sr. Chico Noroeste (PR)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Reni Pereira, em primeiro lugar muito obrigado pelo aparte, e dizer que eu defendo a continuidade da tramitação do projeto da proposta que apresentei, aqui na Assembleia Legislativa. Bem como, por diversas

vezes, conversamos e lhe disse, inclusive da tribuna, que respeitaria o seu trabalho, até porque existem aqui na Assembleia Legislativa várias justificativas ou mecanismos à disposição dos Parlamentares.

Existe essa Frente, que foi bem sucedida através da Comissão de Defesa do Consumidor. Poderia existir um requerimento à SANEPAR, uma indicação, um diálogo frente a frente, e preferi, que é uma tese que pode ser mais eficiente, uma lei para o Estado do Paraná, para os consumidores das famílias paranaenses.

Vamos persistir na aprovação do projeto, até porque no termo de ajuste da SANEPAR, no parágrafo 3º, que a ausência de manifestação do consumidor importará em aceitação tácita. Ou seja, uma autorização tácita, vem em detrimento daquilo que preconiza o Código de Defesa do Consumidor.

Acho que há uma lacuna e não podemos deixar de corrigir, porque virá em prejuízo, principalmente dos menos favorecidos.

Portanto, nosso projeto é democrático. E a tese do Governador Roberto Requião é mais democrática ainda. Apoiamos também a tese do Governador Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Deputado Chico, essa lacuna já foi preenchida no próprio Termo de Ajuste de Conduta. No artigo 3º, diz que no ano que vem, junto com o carnê do IPTU, as Prefeituras vão oportunizar para que eles, de maneira expressa, autorizem. Aí que entra a vantagem para o consumidor.

Quando falei da reponsabilidade, até atendendo um pedido dos Deputados Francisco Bühner e Nelson Justus, que tinham essa preocupação, queríamos o respeito ao consumidor, mas sabemos da eficiência dessa cobrança. Essa lacuna é temporária. Haverá uma campanha de esclarecimento por parte da SANEPAR na própria fatura. Mas respeito a sua iniciativa, Deputado Chico Noroeste, mas a sua lei pode ser eficiente para proibir a SANEPAR de fazer esses convênios, mas para respeitar o consumidor, o Termos de Ajuste de Conduta já respeitou.

Finalizando, gostaria de convidar todos os Parlamentares para amanhã, às 14h, uma Audiência Pública para iniciar o debate sobre a qualidade e segurança do transporte público no Estado do Paraná. Iniciaremos com a Região Metropolitana de Curitiba, na sequência haverá outras regiões. Faço esse convite em nome da Deputada Rosane Ferreira, que foi quem trouxe essa questão para a Comissão de Transportes e para a Comissão de Defesa do Consumidor, porque entendemos que os usuários de transporte coletivo merecem um pouco mais de respeito.

É o papel desta Casa debater, e se puder dar a nossa contribuição daremos, em nome do Poder Legislativo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro Moraes (PMDB)

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna no dia de hoje, nós que sempre viemos aqui para solicitar, pedir, implorar ao Governo do Estado, ao Secretário, ao Comandante da Polícia Militar, que pudéssemos ter um Batalhão da Polícia Militar na fronteira, em especial sugerimos Guaíra. Hoje, estamos aqui para agradecer o empenho do Coronel Anselmo, nosso Comandante Geral da Polícia Militar. De tanto reiterarmos nossas solicitações, depois de aprovada por esta Casa a criação do Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná na fronteira, especificando no nosso projeto a indicação, que seria em Guaíra, o Governador resolveu por bem acatar nossa sugestão e já encaminhou para esta Casa, aprovado por todas as comissões. Ontem, passou pela minha Comissão de Segurança, a última, aprovada também por unanimidade, para que possamos ter esse batalhão. Se não o batalhão, pelo menos a companhia, momentaneamente, na Cidade de Guaíra.

São pessoas que vão trabalhar como a RONE, uma Polícia no combate ostensivo à criminalidade, em especial no que se refere ao tráfico de drogas, armas e munições, que todos sabemos que, infelizmente, o Paraná é o campeão, hoje, de distribuição de armas, drogas e munições para todos os Estados brasileiros. O mais importante é que a nossa solicitação para que a Polícia Militar tenha, lá em Guaíra, um helicóptero, foi também aprovada pelo Governador e ele já está encaminhando esse helicóptero para o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel Anselmo.

Então, quero dizer a vocês que vale a pena lutar, sim, que temos que ousar mais, acreditar mais, batalhar mais, falar mais aqui para que possamos, efetivamente conseguir algum avanço na área de Segurança que, repito, vivemos um verdadeiro caos, hoje, em se tratando de Segurança no Estado do Paraná. Mas temos que bater palmas quando acontece isso.

A criação dessa companhia, que terá inicialmente 60, mas poderá chegar a 300 homens, que terá a força da RONE, ronda ostensiva para combater o tráfico de drogas naquela região, porque sabemos que estamos vivendo uma verdadeira epidemia. Todos preocupados com a gripe suína e temos aí a epidemia do crack, que mata mil vezes mais que essa gripe suína que tanto se fala. Estamos vivendo no Paraná essa desgraça que assola todas as famílias paranaenses, que é a epidemia do crack. Essa epidemia, sim, temos que combater imediatamente. No entanto, não adianta nada companhia, não adianta entrega de viaturas se não pagarmos bem os nossos policiais, que são os responsáveis no combate direto ao crime, aquele que expõe sua vida na defesa e na proteção do cidadão paranaense.

Por isso, hoje vamos apresentar, já tem assinaturas suficientes, um aumento de 15 sobrepondo ao seis, para que possamos chegar a 21% aos nossos valorosos homens policiais militares do Estado do Paraná.

Fica o meu agradecimento de ter vencido essa batalha, considerando que, há muito tempo, estamos lutando para ter um Batalhão da Polícia Militar e, hoje, vemos realizado esse projeto que deve vir à votação amanhã. Uma Companhia de Polícia, praticamente de Choque, lá na Cidade de Guaíra, para atender aquela região o lago de Foz do Iguaçu e, também, a Cidade de Guaíra.

Então, nossos agradecimentos ao Comandante Geral da Polícia Militar que, juntamente com a nossa comissão, lutou tanto para que isso acontecesse. Tenho certeza que este projeto, que já tramitou por toda Casa, será aprovado por unanimidade nesta Casa. Todos, sem exceção têm demonstrado diariamente que estão preocupadíssimos com o caos que tomou conta do Estado do Paraná em termos de Segurança. Não é mais na Capital, não é mais só em Curitiba, não é mais só na Região Metropolitana, mas como sabemos, essas ocorrências que estão acontecendo, o índice de criminalidade, principalmente no que se refere ao tráfico de drogas, porque hoje 80% dos crimes praticados contra a vida e o patrimônio, ou seja, homicídios, furtos de veículos, têm origem nas drogas. E queremos fazer com que isso acabe. E o primeiro passo, a nossa sugestão, se não a criação do batalhão pelo menos da companhia que, subsequentemente, poderá se tornar o Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná na Fronteira.

Muito obrigado aos Srs. Deputados por terem lutado junto com o Presidente dessa comissão, nessa luta que eu sei que é árdua e pesada e que as dificuldades a vencer são ponderáveis, mas vamos vencer. Podem ter a certeza que não vamos perder nem para a violência e nem para a falta de competência. Muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa, visitantes que estão aqui, telespectadores da TV SINAL.

Sr. Presidente, muita gente tem assistido a TV SINAL. Eu tenho recebido e-mails, acho que todos os Deputados têm recebido e-mails, olha é impressionante a audiência. Isso foi uma tacada de mestre de V. Exa., Presidente, pôr essa TV para funcionar. Assim a população acaba acompanhando, principalmente os formadores de opinião, o que realmente os Deputados fazem aqui na Assembleia Legislativa, e acompanham aqueles

que discursam de um jeito e votam de outro jeito. Um discurso bonito, fala bonito, mas na hora de votar, vota feio. E o que vale aqui é o voto, não é o discurso.

E é nesse aspecto que estamos colocando, conversar hoje um pouquinho sobre o aumento de salário que o Governador Requião mandou para esta Casa para os funcionários públicos. Vamos votar agora em 1ª discussão. Na 1ª discussão se analisa a constitucionalidade. Então, podemos afirmar que vai ser aprovada a constitucionalidade, porque o projeto é constitucional, a iniciativa é do Governo de propor um aumento de 6% ao funcionalismo público. Na verdade, ele não está propondo aumento, está propondo uma correção com relação à inflação do período.

Pois bem, queremos deixar bem clara a nossa posição e aí nós enquanto Deputados de Oposição, todos juntos, oferecemos algumas emendas, são várias, mas vamos destacar aqui aquela emenda que corrige o valor do aumento, que é colocar um aumento de 15%. Por que o Governo não pode dar 15%, se ele, enquanto Governo, fez a iniciativa privada pagar 15% de aumento? Por que ele não pode dar o exemplo agora? Por que ele não pode ser coerente? A única coisa que queremos, e aí não são só os Deputados de Oposição que querem essa reposição salarial de 15% aos funcionários públicos do Estado do Paraná, os próprios funcionários públicos pedem também. Recebemos documento, está aqui, do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, quando eles apresentam para todos os Deputados algumas sugestões, algumas propostas de emenda a esse projeto.

Então, os funcionários públicos, organizados na forma de sindicatos, estão reivindicando vários pontos, mas um deles é aumento de 15%. Justa reivindicação, porque você imagine o policial militar, ou o professor, ou qualquer outro funcionário público, ele para pagar para a sua empregada doméstica ou empregado doméstico é de 15% de aumento, que é justo. Acho que a empregada doméstica tem que ganhar bem mesmo e merece, para poder dar um conforto à sua família. Mas o professor só recebe 6% de aumento. Quem fez essa alteração é o próprio Governo do Estado do Paraná. Propõe 15% para uns, porque não é ele que vai pagar, e 6% para outros, porque é ele que vai pagar.

Estamos buscando, com as emendas que propomos junto com a Oposição, a coerência do Governo. Podem alegar que para dar aumento de salário, precisa-e analisar a receita do Governo do Estado. Será que ela está boa ou ruim? Não se pode gastar mais do que 49% em pessoal. O aumento de 15% que estamos propondo, o próprio DIEESE, que é um instituto autônomo, que ajudou a elaborar esse aumento para a iniciativa privada, afirma que tem condições do Governo oferecer esses 15% aos funcionários públicos. E com isso chegaria a 46,05% de gasto com pessoal. Ele poderia gastar até 49. Se o Governo quiser, ele tem condições de dar o aumento de 15% para os funcionários públicos.

No final do ano passado, o Governo do Estado aumentou o ICMS da energia elétrica, do telefone e também da gasolina, entre outros mais produtos. Com isso ele melhorou a sua condição de arrecadação, porque ao isentar ou baixar impostos em diversos outros produtos, ele conseguiu colocar a arrecadação como uma camisa de força àqueles setores que não têm como sonegar, que é certeza a arrecadação. O Governo melhorou a sua forma de arrecadar, e agora que chega a hora de discutir aumento de salário para o funcionalismo público, aí ele não pode dar aumento de 15% e só fala em dar aumento de 6%.

Passa a usar o horário do Bloco PPS/PMN

O nosso pronunciamento desta tarde é para pedir ao Governador e aos Deputados, porque cada um deles vai votar, para que votemos a favor das emendas que a Bancada de Oposição oferecerá. Essas emendas são para beneficiar o funcionário público. Dias atrás essas galerias, essas cadeiras estavam lotadas de pessoas ligadas a sindicatos que o Governo detém o comando. Porque vieram entidades aqui, ofereceram jornais, fizeram fotos de Deputados, dizendo: “Esse Deputado é contra o povo”, etc. Agora não estou vendo essas entidades aqui para defender o funcionalismo público.

O próprio DIEESE deixa claro que tem condições. No final do ano passado o Governo aumentou impostos, em produtos que ele consegue arrecadar mais. Ele aumentou a gasolina, a energia elétrica e o telefone. Se a pessoa não paga energia elétrica, cortam. Se não pagam a conta do telefone, cortam. Se não pagar a gasolina, também não anda o carro. Então, concentra a arrecadação aonde tem certeza que vai arrecadar.

Por isso, Srs. Deputados, vamos acompanhar aqui o voto de cada Deputado, que podemos alterar o projeto do Governo do Estado para melhorar e atender o funcionário público.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Douglas, V. Exa. foi muito feliz nessa última colocação. Nós Deputados, podemos sim, através de ação firme, aprovar a emenda da Bancada da Oposição. Mas não é uma emenda da Bancada da Oposição, não. É uma emenda de reivindicação do funcionalismo público. Nós ouvimos as reivindicações de todos os funcionários públicos e estamos pedindo coerência. Apenas a coerência. Acho que a reivindicação dos 15% é meritória, precisamos lutar pela aprovação. É claro que os Deputados que estão aqui presentes querem a valorização profissional do funcionalismo, mas a oportunidade é agora. Chegou o dia de defendermos todos os funcionários públicos e principalmente os policiais civis e militares. Por isso que apresentamos uma emenda falando do Plano de Cargos e Salários que é, na verdade, uma reivindicação desde 2006 dos policiais paranaenses, que podemos votar agora, neste momento, também.

Temos a grande oportunidade, sou solidário às suas palavras, pode contar comigo. Vamos batalhar, nem que a Sessão se estenda até altas horas, como já fizemos diversas vezes aqui na Assembleia Legislativa. A oportunidade é esta.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel.

Estamos assinando também umas emendas que estão sendo propostas pelo Deputado Mauro Moraes. Ele propõe até mais aumentos para os policiais militares, para os professores. Então, vamos assinar por que somos solidários. Mas, dentro da nossa coerência estamos colocando 15% que foi reivindicado pelo próprio sindicato das categorias profissionais, e só deixar aqui o pedido para que o Deputado Mauro Moraes também vote favorável às nossas emendas, na hora em que forem apresentadas aqui na Casa. O que vai fazer diferença aqui é o voto.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

Quero me somar ao seu pronunciamento e ao que disse aqui o Deputado Marcelo Rangel. Apoio as emendas que estão sendo proposta hoje. Espero que o aumento para o funcionalismo público seja o mesmo que foi dado a todos os funcionários quando tivemos a votação do salário-mínimo regional, mas o Governo pode fazer esse aumento. Existem estudos que comprovam, esses 15% não ferirão a Lei de Responsabilidade Fiscal. Queremos aqui, de uma forma prática, que o Governo possa nos apoiar nessa empreitada que temos aqui, para os servidores civis e militares. Seis por cento realmente é uma vergonha, no momento em que o Governo manda a mensagem do outro lado, impondo aos empresários que paguem 15%.

Queremos sim, sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, de uma forma honesta e justa, que tenhamos os 15% hoje votados aqui na Assembleia Legislativa.

Obrigado, Deputado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Fernando. Estes 15% que nós reivindicamos de aumento aos funcionários públicos vai chegar a 46,05% da folha de pagamento. Que pode gastar até 49% com pessoal. Então, não vai ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, e quem diz isso é o DIEESE. Não é só o Deputado Douglas Fabrício que está informando isso, é o DIEESE.

E outra coisa, não adianta dizer que vai significar R\$ 30 e tantos milhões para que o Governo pague de aumento de salário. Não é quantidade em recursos, 30 e poucos milhões, estamos falando em aumento de 15% que nós queremos. Quantos milhões representou aquele aumento de 15% para a iniciativa privada pagar? Muito mais do que os 35 milhões que hoje alguns Deputados informam à população.

Então, o que nós queremos, é bem clara a coerência, defendendo aqui o funcionalismo público, os prestadores de serviço que trabalham na Administração Pública, que os Governos entram e saem, a cada quatro anos são alterados os Governadores no País inteiro, tem eleição a cada quatro anos. Agora, o funcionário público, aquele que fez concurso, que estudou, que passou e que colocou a sua vida a serviço da comunidade, porque quando se dedicou a ser, por exemplo, um professor, a vida dele é ser professor, ele vive do salário que ganha, e quem paga é o Governo do Estado, o funcionário estadual, pode ser professor, policial militar, policial civil, pode trabalhar em qualquer outra Secretaria, em qualquer outra função dentro do Governo do Estado, é servidor público, este merece ser valorizado, porque é ele, servidor público, que oferece o trabalho para melhorar as condições de vida da população. O Governo apenas dá as diretrizes. É isto que acontece.

Então, é neste sentido que estamos fazendo o nosso pronunciamento, pedindo ao Governo do Estado, coerência. Se fez a iniciativa privada pagar 15% de aumento, agora dê o exemplo: também ofereça 15% de aumento.

Vai depender dos Deputados. Se os Deputados votarem a favor das emendas que estaremos propondo, podemos alterar esse projeto e naturalmente os funcionários públicos serão atendidos. Está nas mãos dos Deputados. Individualmente, cada um aqui tem o seu voto. Então, já deixar claro aqui o pedido de voto para o pessoal do PT, PMDB, todos os Deputados, de todos os partidos. Vamos votar a favor dos funcionários públicos.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para estabelecer a verdade. V. Exa. não estava aqui na presidência, eu estava na tribuna e fiz menção sobre dois assuntos. Um dos assuntos que abordamos foi em relação à SANEPAR.

Eu recebi um telefonema do Stica, e para que seja restabelecida a verdade, faço questão de ler o que está escrito nas notas taquigráficas, uma vez que não li tudo.

Está escrito o seguinte:...*Então nós não temos lucro. O nosso negócio é lucro, é água e esgoto. E o lucro dividido de quem dá lucro para os Municípios, que na grande maioria dão prejuízo, porque nós temos uma conta única no Estado do Paraná, que felizmente permite mantermos 100% da população urbana com água de boa qualidade e ampliando esgoto.*

Então, na verdade, o Deputado Stica, eu falei da tribuna, ele usou esta expressão, mas não isento quando ele disse que SANEPAR dá lucro na água e esgoto, e foi isto que fizemos referência.

Mas como o Deputado Stica ligou muito chateado para nós, acho que não tinha motivo nenhum de fazer desta forma, disse que não tem mais consideração nenhuma por nossa pessoa. Também não preciso da consideração dele, mas é o que ele efetivamente tem falado.

E para que seja restabelecida a verdade, eu li na íntegra o que ele falou no dia de ontem, mas não isenta que ele tenha falado que a SANEPAR dá lucro no esgoto e água.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na realidade eu iria fazer justamente a citação também, porque o ex-Deputado Stica, também havia me ligado e colocado que o problema da SANEPAR de dar lucro em grandes Cidades, que esse lucro é compensado através do prejuízo, ou pelo menos de déficit que dá nas Cidades menores do interior.

V. Exa. já fez esta colocação, não quero entrar nesta polêmica, mas acho que o ex-Deputado Stica fez esta colocação para que houvesse o entendimento daquilo que ele colocou ontem dizendo que a SANEPAR é uma empresa que trabalha no sentido de fazer o que conhecemos como subsídio cruzado. Está feito esse registro.

Quero fazer uso da tribuna para colocar duas situações. Uma delas é referente à Audiência Pública que realizamos no dia de hoje. O Deputado Professor Lemos estava presente, estava também a Deputada Rosane Ferreira e o Deputado Strapasson. Fizemos um debate que muito engrandece a Assembleia Legislativa, trouxe para esta Casa o Ministério Público, através do Dr. Saint Clair, da Dra. Margareth, trouxe também a gerente do Consórcio de Resíduos Sólidos Intermunicipal, a Dra. Marilze, trouxe representantes da SEMA, Presidente do IAP, o Superintendente do IBAMA. E a partir dali foram feitas diversas intervenções sobre a situação do aterro da Caximba e posteriormente o novo aterro sanitário que poderá ser, nas próximas semanas, nos próximos meses, ou o que é pior, no próximo ano, o novo aterro sanitário que poderá ser o destinatário dos resíduos sólidos em Curitiba e na Região Metropolitana.

É claro que não vou entrar aqui em detalhes, porque há uma série de questionamentos que foram feitos. Esse não é o primeiro momento e nem será o último em que essas pessoas se encontram e fazem debates. Mas algumas coisas me chamaram a atenção. E uma das coisas que me chamou a atenção foi colocada tanto pelo Ministério Público como o próprio representante da SEMA, que é possível termos outras alternativas que não apenas aterros sanitários. Está se procurando uma alternativa, aqui, para o caso de Curitiba.

Agora, a preocupação é que essa alternativa não vai ser realizada num curto prazo. O aterro da Caximba está com a sua vida útil praticamente esgotada, está sendo a cada tempo renovado, e depois quero abordar isso aqui. Agora, não é o local que podemos mais colocar os resíduos da Cidade de Curitiba e da Região Metropolitana.

O que ficou muito evidente é que é preciso que tenhamos uma reeducação ambiental, porque a partir do momento em que entendemos que não somos responsáveis pelo lixo que produzimos, nós produzimos cada vez mais lixo. E foi bem lembrado, se o lixo não tem ratos, não tem urubu, não tem cheiro, não tem nenhum problema, por que não fazer esse aterro na área central de Curitiba? Por que não fazer esse aterro onde é agora o Shopping Palladium? É claro que sabemos que isso foi um extremo colocado. Por que não fazer num bairro próximo do centro expandido? Sabemos que o aterro sempre vai ter problemas, mesmo que sejam tratados.

Vimos alguns modelos, colocaram algumas situações fora do nosso País. Assim como foi colocado pela própria Secretaria do Meio Ambiente, fora do nosso País tem algumas situações que terão que ser adequadas a Curitiba. Não é possível que continuemos produzindo 4 mil toneladas de lixo por dia. Entre outras coisas, produzindo aquilo que nem, sequer pode ser destinado para o lixo.

Agora, o que me chamou a atenção ao término dessa Audiência - aqui como encaminhamento tiramos a determinação de convidar a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Assuntos Metropolitanos para ouvirmos o IAP com mais detalhamento, assim como as pessoas que estavam lá - mas o que me chamou a atenção é que hoje se propõe a fazer um novo aterro, uma das áreas licenciadas é justamente ao lado do Caximba. Uma área que é responsável por 25% de todos os tijolos consumidos em Curitiba

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Uma área que já teve inúmeros prejuízos, justamente por o aterro estar lá. Uma área que foi desapropriada pagando-se 90 centavos o metro quadrado. Isso não existe, estou falando de Curitiba. A proposta foi de se pagar e é isso que está sendo colocado, foram desapropriadas algumas áreas por 90 centavos o preço do metro quadrado. É claro que isso é um absurdo e está se propondo continuar esse aterro e o IAP licenciou.

O que também me chama atenção é que um Juiz aqui de Curitiba determinou, e isso nós queremos aprofundar também, que as pessoas que lá estiveram e fizeram manifestação estão proibidas, não de fazer aquilo que nós conhecemos, apenas o impedimento do acesso ao aterro, mas também de participarem de qualquer manifestação que seja feita naquela região, o que é absolutamente arbitrário.

Por isso mesmo, antes de qualquer juízo, queremos saber e pedir para que possamos ter em mãos a notificação, porque se for verdade, é um caso único no Brasil proibir que as pessoas se manifestem, o que contraria totalmente a nossa Constituição.

Também a informação que nós temos, uma área licenciada pelo IAP em Balsa Nova, e que essa área seria para o aterro industrial e receberia a possibilidade, pela

empresa que é proprietária dessa área, poderia receber, inclusive, o lixo que vem de fora de Curitiba e de fora do Estado do Paraná. É isso só nos chama muito a atenção.

Os documentos que nós tivemos do IAP, que mostram que o IAP fez uma licença de instalação em doze de março de dois mil e cinco e fez uma série de questionamentos para que esse aterro sanitário pudesse ser ali instalado, entre elas, executar infraestrutura básica para configurar aterro e uma série e outras coisas.

Algumas dessas situações não foram cumpridas. O IAP fez novamente, dia dezesseis de abril de dois mil e oito, mais uma série de questionamentos à Prefeitura: que não foram apresentadas novas propostas de recolhimento de resíduos recicláveis; não foi apresentado relatório de acompanhamento, não foi apresentado estudo de avaliação passivo ambiental; não está sendo realizada a recirculação do mínimo de 30% do líquido percolado das células de resíduos após o seu tratamento; que não estão atendidos parâmetros de lançamento de efluente líquido, choroume, principalmente dos parâmetros de DBO e DQO e de uma série de questionamentos; que não há área licenciada para disposição de resíduos sólidos urbanos na Região Metropolitana de Curitiba. As informações fornecidas pela Prefeitura de Curitiba dão conta que o aterro sanitário da Caximba só possui capacidade para recebimento de resíduos até o final de 2008 e que não há possibilidade de outra ampliação.

Isso em 2008. Pois bem! A Prefeitura não respondeu, e além disso, continuou depositando lá cerca de 4 mil toneladas/dia, mais do que isso, no dia quinze de abril de dois mil e nove, novamente vem o IAP e coloca todos os questionamentos dizendo que não havia sido atendido e dá mais 30 dias. Ora! O que eu não entendo é porque o IAP, por sucessivas vezes, fez exatamente aquilo que não poderia fazer, ou seja, permitiu o licenciamento, mesmo dizendo que esse licenciamento não poderia ser dado continuidade se não cumprisse determinadas condições. As condições não foram cumpridas e ainda assim o IAP licenciou.

Claro que queremos saber que condições são essas que levaram o IAP a autorizar sem sequer fazer um processo não só de questionamento, mas de multa inclusive, e de impedimento que seria se fosse depositado e lacrasse aquela área, continuasse fazendo o processo de todas as vezes, ainda que não cumpridos aqueles requisitos, determinados pelo IAP. Todas as vezes que é feito um questionamento, é feito novamente e o licenciamento é postergado.

O Sra. Rosane Ferreira (PV)

Quero parabenizá-lo pela iniciativa, mas esses últimos questionamentos colocados por V. Exa. não foram objetos da Audiência. Só quero que isso fique bem claro, porque eu não tenho acesso a essas informações e não tive durante o processo da Audiência Pública.

De qualquer forma, o que vale registrar nesta Casa é que o aterro da Caximba, que coloquei na Audiência foi

criado em 1989, era para operar pelos 14 anos, mais ou menos, até 2002. Em 2002 estava previsto o seu encerramento e ele se protela até hoje. Estamos aí com um grande problema.

Não posso deixar de registrar a participação da Sra. Marilza, da técnica, que é uma guerreira e que tem ido construir, à duras penas - você têm acompanhado isso - o quanto ela se esforça para construir todo este processo de destino adequado dos resíduos sólidos de toda a Região Metropolitana.

Me somo a V. Exa. quando diz que a Caximba não merece mais isto. São 19 anos recebendo lixo, não só de Curitiba, mas de toda a grande Curitiba, que são os outros 14 Municípios, que até agora vinham colocando seu lixo lá. Agora, cabe a nós enquanto Assembleia Legislativa, enquanto Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, enquanto Comissão de Assuntos Metropolitanos, participar e auxiliar no encontro deste local. Em algum local terão que ser colocados os resíduos sólidos daqui alguns meses. E a princípio não como um aterro sanitário, nos mesmos moldes que operou o de Caximba até agora. Mas, como uma alternativa muito mais inteligente, com a história das usinas de compostagem, com a história do destino final da reciclagem, esta coisa toda.

Para finalizar, parabeno mais uma vez V. Exa., mas acho que mais do que mostrar as falhas, quero que todos nos somemos para buscar as soluções.

Muito obrigada.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Muito obrigado, Deputada.

Gostaria de fazer duas colocações. A primeira, obviamente, um convite antecipado, já solicitamos à Presidência e foi gentilmente cedido o grande plenário da Assembleia Legislativa, no dia 18 de maio, segunda-feira estaremos realizando uma Audiência Pública para fazermos um debate a respeito do programa do Governo Federal "Minha Casa, Minha Vida".

Para isto, já se dispôs a estar conosco o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, estará aqui na parte da manhã; o Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Areda; o Ministério das Cidades também estará conosco. Acho extremamente oportuno que falamos este debate. Oportuno porque hoje, inclusive, V. Exas. estão recebendo uma revista, um documento reservado, que tem uma série de informações a respeito do déficit habitacional no Brasil, no Paraná e das intervenções que estão sendo feitas.

Eu não tenho tempo, neste momento, para fazer esta leitura, mas oportunamente quero ocupar a tribuna para fazermos um debate a respeito disto. E é oportuno também registrar que recebi da COHAPAR a resposta a um ofício que fizemos aqui nesta Casa, no dia 28 de abril de 2009. E este ofício, a resposta está sendo feita, dá conta da situação que temos hoje no Guarituba, em Piraquara. Guarituba, como todos os senhores sabem, é para ser um grande loteamento, uma grande área de recuperação ambiental, e entre algumas coisas que solicitamos, há um trabalho social feito lá, com 8 mil 890 famílias.

Não terei o tempo adequado para fazer este debate, mas gostaria de deixar claro algumas situações. Primeiro, as respostas que foram dadas, que o projeto está em andamento, com algumas partes concluídas, outras em andamento. Agora, perguntamos quanto, para a realização das obras, já foi repassado, em valores, pelo Governo Federal. O Governo Federal já repassou o montante de R\$ 14.650.799,99 para este projeto, dos quais já foram executados R\$ 905 mil. Ou seja, a COHAPAR já cedeu 14 milhões e 650 mil e usou R\$ 905.817,52. A COHAPAR também nesta resposta, nos diz que o Governo Estadual investiu em obras previstas para a região de Guarituba. Temos aqui o Vereador de Guarituba, o Governo Estadual já investiu R\$ 534.319,02. Ora, isso mostra a dificuldade que é você ter uma solução rápida para alguns programas, e o programa habitacional não é diferente e talvez seja um dos programas que mais exige planejamento e tempo, porque uma série de empecilhos acontecem.

Estou falando isso, Deputado Belinati, justamente porque um grande programa como esse, a COHAPAR, apenas de toda a boa vontade do seu corpo técnico e do seu Presidente - e acredito que ela existe, não há porque não pensar dessa forma - conseguiu neste período, dos R\$ 14,65 milhões, utilizar apenas R\$ 905 mil e não utilizou o restante, e é claro que o utilizará em tempo hábil. Estou falando isso porque há um cronograma e gostaria inclusive, depois de passar aos Srs. Deputados, porque foi uma resposta que foi feita a esta Casa e não a mim, todo o cronograma do memorial descritivo de como estão sendo cumpridas as etapas, e em muitas delas inclusive o prazo já expirou e se formos para Guarituba hoje, vamos ver que não há toda aquela movimentação que muitos acreditam que está havendo. Muito daquilo que achávamos que estava sendo feito, não está sendo feito, ou porque não há condições estruturais, ou por outras razões que desconhecemos, mas pessoalmente iremos fazer uma visita ao Guarituba, porque acho que é importante que seja *in loco* essa visita, para que possamos cumprir inclusive com o nosso papel.

Agora, na sequência, é óbvio que no dia proposto aqui, V. Exa. já deu inclusive a oportunidade de fazermos aqui neste plenário, no dia 18, tanto com o Ministro Paulo Bernardo como com o Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, com o Ministério das Cidades, que aqui estarão fazendo esse debate que queremos que seja feito com a população, porque a população tem que ter na Assembleia Legislativa uma referência para que ela possa oportunizar essas perguntas.

Todos os Deputados estão convidados e muitos estarão presentes. Sabemos que temos, no mesmo dia, uma outra atividade também importante, mas acho que estamos dando um passo importante, porque são Audiências Públicas como essas que estão sendo realizadas que fazem com que, cada vez mais, a população entenda que podemos ter todas as críticas, e temos, a muitas das situações que acontecem, mas se o Parlamento não estivesse em pleno funcionamento, provavelmente em muitas dessas oportunidades não teríamos de fazer esses debates.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Primeiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Deputado Jonas, Deputado Elton, nobres Parlamentares, visitantes e aqueles que nos dão a honra de nos acompanhar pela TV SINAL e também pela TV MERCOSUL.

Sr. Presidente, as lideranças dos servidores públicos do Paraná, várias lideranças estão mais uma vez nesta Casa de Leis defendendo os servidores. Parabéns aos dirigentes sindicais! Evidentemente que há sempre uma dúvida: por que as galerias estão vazias? Por que os servidores não estão aqui?

É fácil: porque os servidores estão trabalhando. Tem Cidade que está quase 700 quilômetros distante de Curitiba. Quanto custa para um servidor sair lá do Sudoeste do Paraná para vir acompanhar a votação nesta Casa de Leis? Mas, ao saudar as lideranças dos diversos segmentos que representam os servidores do Paraná, inclusive através do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos, gostaria de lembrar uma coisa simples: que aqui estão rolando emendas e mais emendas para dar ao servidor público 15% ou mais de reajuste salarial. E uma coisa está sendo esquecida: sou autor de um projeto de lei que já foi dinamitado, bombardeado na CCJ, o meu projeto era simples, estendia os 15% para todo mundo. Agora está um tal de emenda, assina emenda, mas era mais fácil ter passado pela CCJ o nosso projeto, que estava contemplando toda a categoria de servidor público do Paraná com os 15% de aumento salarial.

Agora, pela explosão, pela bomba atômica que já jogaram no nosso projeto na CCJ, tenho impressão que o servidor, mais uma vez, coitado, sofrido, judiado, maltratado pelo Governo, já está até consciente de que aqui no Plenário vai ser outro bombardeio, nós vamos ficar nos discursos, aplaudidos pelos servidores, mas no final, infelizmente, parece que só tem um homem que manda no Paraná. Meu Deus do Céu, daí vem aquela indagação: “E a democracia?”

Agora há pouco o Deputado Durval Amaral estava com uma emenda interessante, para ampliar o poder de ação do Parlamentar, porque quase tudo o que você vai fazer aqui não pode. De repente aquela velha história da Câmara de Curitiba e de outras Câmaras, para você ficar homenageando defunto, ficar homenageando quem tem dinheiro com título de Cidadão Honorário, honraria, porque quase tudo o que você vai mexer aqui não pode mexer porque, é matéria financeira e tem vício de origem. Ao contrário do Parlamento brasileiro e ao contrário do que ocorre nos Parlamentos do mundo inteiro.

Então, é preciso dividir, sim, a responsabilidade. Por que só um Governador tem que mandar, meu Deus? E às vezes manda mal, prejudica o povo. É o caso, aqui, fui relator na Comissão de Finanças do projeto que dá 6% de aumento para o servidor desta Casa. Fiz um rápido pronunciamento de que não era a nossa vontade, a vontade era também de dar 15% para o servidor desta Casa. Mas, ou eu emitia um parecer favorável nos miseráveis 6%, ou o servidor da Assembleia também ficaria sem aumento algum.

Então, Presidente, rendo homenagem às lideranças, são poucas lideranças aqui, mas são lideranças de qualidade, são perseverantes, defendendo os nossos servidores. E chegamos à triste conclusão: que a solução para o servidor, lamentavelmente, não está aqui, está do outro lado da rua, no Palácio chamado Araucária, é dali que vem a ordem, faz, desfaz, e não acontece nada, porque o Requião tem a maioria esmagadora. Estou aqui há quase 40 anos, como Deputado nesta Casa, e nunca vi ter tanto Deputado atrelado a ele. É aquilo que já falaram: o saco do chefe é o corrimão para o sucesso. O que tem de gente agarrado no homem lá.

Agora, depois chega a eleição, eu tenho a impressão que daqui um ano e pouco vamos ter alguns nomes diferentes naquele painel, depois vão xingar o povo, xingar o servidor, vão dizer que o povo é ingrato. O povo não é ingrato, não; ingrato, incorreto é o Parlamentar que busca o voto do povo e vem cá, coloca uma roupinha de seda melhor, uma maquiagem melhor, vira as costas para o povo, trai o servidor público, depois volta para casa derrotado e volta praguejando o servidor público.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Belianti...

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

E V. Exa. é amigo do Requião, quem sabe ajuda o Requião a amolecer esse coração.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Com certeza, Deputado Belinati, eu tenho um respeito enorme, uma admiração pela sua grande trajetória política, e acho que o Paraná todo pensa assim. Mas queria dizer o que eu penso com relação a esse aumento de 6% e os 15% que tanto tem se debatido nesta Casa.

O piso regional das empregadas domésticas, só tem esse piso, e muitas nem filiadas ao sindicato são. Não é o que acontece com o funcionalismo público do Estado do Paraná. Lá na minha regional de saúde, a senhora que serve cafezinho ganha R\$ 1 mil e 800. Os servidores públicos têm uma série de vantagens que não tem a empregada doméstica. Então, o povo do Paraná tem que saber disso.

A minha vontade é que se dê os 15%, e a do Governador Roberto Requião também é. Deputado Belinati, V. Exa. que foi Prefeito muitas vezes, com certeza V. Exa. também não atendeu os seus servidores da rede pública, não porque não queria, mas porque não tinha caixa.

Até defendi hoje uma manifestação do Deputado Tadeu Veneri, que colocará em sua emenda, e esta Casa poderá ser favorável, dar aumento de acordo com a arrecadação. Aí esta certo.

É muito comum quem está assistindo a TV SINAL perguntar: “Por que o Governo não dá aumento para os servidores públicos igual dá para os outros”? Não é a mesma coisa e o povo tem que saber disso.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Fui Prefeito 13 anos em Londrina. Teve um tempo, antes de eu ser Prefeito, professor trabalhava na Prefeitura de Londrina esperando um concurso público para poder trabalhar no Estado, mas adotamos todo mês dar aumento pela inflação e ganho real em cima, todo mês. Então, o professor de Londrina passou a ter o segundo melhor salário de todo País.

Outra coisa, a partir de 1º de maio o dono dos supermercados já estão remarcando o preço da comida, porque estão pagando mais para os seus funcionários. O custo de vida vai subir. A vida vai ficar mais cara para o servidor público, que vai ter apenas 6% de aumento, e a iniciativa privada com 15%.

Quero registrar a presença do Fábio Marcos de Freitas, foi Vereador, Secretário Municipal em Londrina, grande liderança, me ajudou muito na nossa trajetória política e agora na vitória do Barbosa Neto. E também registrar, com alegria, a presença do advogado Marcos de Freitas, grande liderança de Londrina.

E hoje é dia do taquígrafo, minha homenagem a vocês. É um dom que Deus colocou nos ombros de vocês. A nossa homenagem às taquígrafas e os taquígrafos da nossa Assembleia Legislativa.

As pessoas continuam me mandando e-mails, é muito importante, porque aqui somos empregados do povo e é bom recebermos idéias, sugestões para o nosso trabalho.

Tem aqui um e-mail de Marlene Aparecida, que está desesperada para arrumar um ponto para vender salgadinho. Tem outro de Pedro Muniz: *Deputado Belinati, gostaria de contar ao senhor um pouco da minha vida. Sou guarda municipal, há sete anos, em Matinhos.* Ele está reclamando, nobre Presidente Nelson Justus, do salário de apenas R\$ 465. É muito pouco para um guarda municipal, R\$ 465 de salário por mês. Ele tem razão.

A Conceição me agradece, porque queria saber sobre esse miserável 6% de aumento. Isso não é aumento, isso é quase uma esmola que o Governo está dando para o servidor.

O Sandro Serbin me agradece pelos

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

O Deputado Belinati, Sr. Presidente, está na tribuna lendo e-mails que recebe. Estou escutando o Deputado

Belinati e parece que estou num programa de rádio. Não é possível isso! Sinceramente, sem querer censurar aqui o nosso grande orador desta Casa, mas será que é isso, Presidente, que esta Casa deve fazer? Será que essa é a discussão que devemos fazer?

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Não precisa ter discussão, Presidente. É só o Romanelli acertar com o Requião para dar os 15% de aumento para o funcionalismo. Aí acaba a discussão. O que mais vamos discutir aqui? O Romanelli não atende o povo. Está aqui para defender o Requião e respeitamos. Agora, estou aqui para ler o que o povo me escreve.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Presidente?

(Assentimento)

Só gostaria deixar registrado que o horário pertence ao Parlamentar. É prerrogativa do Parlamentar utilizar o horário como ele bem quiser.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A palavra está com o Deputado Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Respeito o Romanelli, mas não vejo ninguém aqui para defender tanto o Requião como ele.

Tenho aqui também o e-mail: *Sou estudante do 3º ano de Medicina Veterinária da PUC/PR, com bolsa pelo PROUNI, e moro em São José dos Pinhais. Peço sua colaboração.* Está querendo fazer um estágio. Como é engraçado, tem gente que está estudando e está querendo fazer um estágio, e um garoto de Matinhos, Nickel Muniz Fagundes, 13 anos, pergunta dos ônibus escolares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais um minuto, Deputado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Peço o horário da liderança, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. usou o Grande Expediente. Hoje, vamos abrir uma exceção. Agora, se V. Exa. usar o Pequeno Expediente, o Grande e o Horário das Lideranças, fica desequilibrado. Então, hoje, vamos dar mais cinco minutos para equilibrar, senão vão ficar desequilibradas as forças da Casa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Presidente, temos aqui do Edson Alves: *Caro Deputado Belinati, fui Chefe da 44ª CIRETRAN, por cinco anos, e fui informado que estava sendo exonerado e que já tinha outra pessoa para o meu lugar, pessoa essa indicada pelo próprio PMDB, partido esse que foi fundado, em Santo Antônio da Platina, pelo meu pai, Adalberto Alves, que também foi Presidente do PMDB,*

depois do PMDB, por 20 anos. Bom, então ele diz aqui: *A alma do meu falecido pai foi traída.* Então, Presidente, é lamentável que a ingerência política acabe tirando de altos cargos do Governo pessoas competentes, pessoas qualificadas. Infelizmente, isso ocorre no Paraná. No ano de 2009 a pessoa está comandando uma CIRETRAN. Aí, vem uma ingerência política, os interesse do poder, e cabeças são degoladas. E não podemos concordar. O bem seria que todos os cargos em CIRETRAN, em DETRAN, Instituto Médico Legal, Instituto de Identificação, nos Núcleos de Ensino, em Tribunal de Contas, todos os altos cargos, fossem ocupados através de concurso público e não através de politicagem. Esse seria o melhor caminho para acabar com a ingerência daqueles que se agarram com o Governo e usam a estrutura política, a estrutura pública, apenas para fazer política.

Concedo um aparte ao grande mestre, Deputado Jocelito Canto que me honra.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Belinati, só para discordar do nosso Líder Romanelli, V. Exa. está fazendo um belo trabalho de comunicação, e é salutar, livre, bacana, tem o meu apoio. V. Exa. continue lendo os e-mails, acho que é uma forma de comunicação. E V. Exa. nós temos que respeitar, porque afinal ninguém se comunica tão bem, com a simplicidade de V. Exa. Por isso, quero discordar do nosso Líder, Deputado Romanelli, e dizer a V. Exa. que está transmitindo o que o povo quer.

Parabéns.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado, Deputado Jocelito, com quem eu aprendo muito, porque inegavelmente é o maior comunicador que conheço.

Presidente, para terminar, há pouco saiu na mídia brasileira uma notícia que já vinha sendo especulada: *Será que o Lula vai ou não vai mexer na caderneta de poupança?* E finalmente, há pouco, entrou no noticiário uma notícia vinda direto de Brasília, confirmando: *Lula pede limite alto para proteger poupança.* Presidente, a notícia diz que o pessoal da área econômica do Governo Federal está sugerindo ao Presidente Lula pagar os poupadores não mais do que 65% do equivalente à taxa SELIC, ou seja, a taxa SELIC tem 10 vírgula, alguma coisa por cento ao ano. Então, a área econômica do Governo Lula quer dar uma grande “ferrada” na viúva, no idoso, naquele que vai lá e põe R\$ 50, R\$ 100 na caderneta de poupança. Já tivemos uma experiência no Brasil que não deu certo. E aqui, como primeiro impacto, diz a notícia que essa medida autoritária que o Governo Lula pretende tomar em cima de quem tem dinheiro na caderneta de poupança, e não é rico, não, deve ter gente que fortuna na poupança, mas gente que tem R\$ 1 mil, R\$ 800, R\$ 2 mil na caderneta de poupança. E aqui, a notícia inicial é que vai ter um baque, a poupança já vai cair de 7,2/ano para 6,6/ano, com tendência de queda ainda maior.

O Lula tem que colocar a mão na cabeça e lembrar a desgraça que o Collor fez contra as viúvas, contra os idosos, contra os poupadores, e praticamente ele enterrou a sua carreira política. Ele está como Senador? Sim. Mas, o Collor que pretendia ser um grande Presidente, um grande líder mundial, acho que ali o Collor deixou uma grande sequela, um grande arranhão na sua carreira política, foi o maior erro que o Presidente Collor cometeu quando botou a mão na caderneta de poupança do povo. Tinha gente que tinha vendido uma bicicleta, uma moto, um terreninho, aplicou na poupança e tomou um baita de um prejuízo. E essa medida idiota, sem justificativa, desumana, que o Collor tomou, o Lula corre sério risco de também pagar muito caro se meter a mão no dinheiro de quem tem caderneta de poupança.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Antes de começar o meu pronunciamento, gostaria de me solidarizar com o Deputado Belinati, porque sempre defendi esse lugar. Eu sempre disse que esse é o microfone mais importante do Estado do Paraná. Quando um Deputado se elege pelas mãos do povo, ele tem prerrogativa e total liberdade de utilizar esse microfone, em favor da população, dos cidadãos paranaenses.

O Deputado Belinati sobe à tribuna para ler e-mails de seus eleitores e para responder à população paranaense, e faz isso com maestria. Vou defender a liberdade de expressão em todos os lugares e, principalmente, aqui na tribuna. Ninguém tem autoridade para cercear ou censurar um Parlamentar aqui no plenário, na tribuna.

Sr. Presidente, quero falar sobre dois assuntos. O primeiro é sobre um requerimento que fiz há 30 dias atrás, na Assembleia, direcionado à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná. Fiz o seguinte questionamento: quanto foi arrecadado com os vestibulares realizados, em todas as universidades estaduais do nosso Estado, na de Maringá, de Londrina e de Ponta Grossa? Saber também aonde foi empregado o valor no vestibular, que os vestibulandos pagam para realizar a prova.

Esse requerimento foi aprovado na Assembleia, por unanimidade. Todos os Parlamentares votaram a favor do requerimento.

Recebi a seguinte resposta, algo absurdo e um total desrespeito ao Poder constituído. *Em atenção ao ofício, o requerimento, que encaminhado pedido de informações de autoria do Deputado Marcelo Rangel a esta pasta, informamos que os valores arrecadados pelas universidades estaduais são contabilmente classificados como recursos*

próprios, e como tais são administrados autonomamente, a partir de uma decisão dos colegiados superiores de cada instituição. Isso eu sei e todos nós, Parlamentares, sabemos disso. Dessa forma somos impossibilitados de atender o pedido de informações suprarreferido.

Sr. Presidente, V. Exa. que comanda a nossa Casa Legislativa, com maestria e pulso firme, peço mais uma vez à Mesa Diretora da Assembleia para que esse requerimento seja devolvido e peço uma resposta imediata da Secretaria de Ciência e Tecnologia, porque isso é descabido. Isso é um desrespeito não para comigo, mas para com todos os Parlamentares e para com todos os paranaenses.

Eu não sou político nem homem de fazer ameaças, longe disso. Mas, temos um instrumento legal, a Justiça, porque negar informação a um Parlamentar é simplesmente crime de responsabilidade. E não somente ao Parlamentar, o vestibulando que paga para fazer a prova, ele quer saber aonde é empregado o dinheiro. O que fazem com o dinheiro arrecadado. Se negam a informação para o Poder Legislativo, negam informação para qualquer cidadão paranaense.

Estarei entrando, sim, na Justiça, para saber para onde é destinado esse dinheiro. Peço também o apoio dos advogados da Bancada da Oposição, mas que isso não se repita, porque quando conseguimos aprovar um requerimento, a Sra. Deputada Cida Borghetti sabe o quanto é difícil para se conseguir uma informação. E uma Secretaria mostrando descaso e desrespeito manda um ofício dizendo que não vai responder, na minha opinião isso precisa ser combatido. Vou dar alguns dias para que a Secretaria se manifeste e então estarei acionando os nossos advogados para entrarem com uma ação na Justiça, para que consigamos receber essas informações sobre esses valores.

E mais, houve uma discussão na Assembleia Legislativa a respeito de um projeto de lei que previa a gratuidade do vestibular. E houve uma ampla discussão. Será que pode? Será que temos condições de aprovar um projeto dessa magnitude?

A partir desse documento, que tenta esconder informações do Parlamento, não tenho dúvida nenhuma de que precisamos, sim, avançar a discussão com relação à gratuidade do vestibular no Estado do Paraná.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado, quero me solidarizar com o seu questionamento. Acho correto. Acho que a Secretaria tinha que responder a sua solicitação. As universidades paranaenses são públicas, portanto a gestão delas deve ter a máxima transparência. É um direito do povo do Paraná e do Deputado que é o representante legítimo da população. O senhor, quando faz o requerimento, não faz apenas em seu nome, faz como Deputado, foi eleito pelo povo para representá-lo bem. O cidadão paranaense tem esse direito.

Vou conversar pessoalmente com o Secretário, do meu partido, pessoa que prezo muito, tem toda uma história ligada ao magistério superior de defesa aos interesses dos professores, como sindicalista que é. Foi Reitor de Londrina. Tenho certeza que vai ser superado esse equívoco.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Me disponho a colaborar para que possamos sanar com a máxima rapidez essa questão.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Péricles, não tive a oportunidade de me manifestar publicamente, mas quero aproveitar esse horário para parabenizá-lo também pela vitória de ontem, do seu projeto. Teve apoio unânime de todos os Deputados, na sua luta com relação aos problemas causados pela VIZIVALE. O senhor mostrou responsabilidade, respeito a todos aqueles profissionais, e merece todo o nosso louvor, deste Deputado que também é ponta-grossense como V. Exa. e que admira também o seu trabalho aqui na Assembleia Legislativa. E mais, não só pela apresentação do projeto que apoiei desde o princípio, mas também pela responsabilidade de poder trazer novamente para discussão e para derrubarmos o veto do Governador do Estado.

Sr. Presidente, quero aproveitar também para falar que amanhã, juntamente com a Deputada Rosane e com o Deputado Reni, estaremos fazendo um grande debate sobre transporte público na Região Metropolitana, transporte público intermunicipal, que vai acontecer aqui na Assembleia Legislativa, a partir das 2h da tarde, e vamos falar sobre fiscalização, sobre licitações, sobre segurança, sobre as tarifas, vamos falar sobre emissões de cupom fiscal, eu sempre me perguntei, Sr. Presidente, por que um usuário do transporte público, quando ele compra a passagem, não recebe um cupom fiscal?

Quando você paga um pedágio você recebe um cupom fiscal na hora, quando você compra, às vezes, até mesmo um pão na padaria, você recebe o seu cupom; mas quando você compra passagem para transporte público você não recebe o cupom e isto, no mínimo, nos dá margem para desconfiar de sonegação fiscal e vamos discutir isto na Audiência Pública, vamos falar sobre subsídios também e a Audiência vai ser muito ampla, porque já estão confirmados Prefeitos, Vereadores, Deputados pertencentes à Comissão de Obras e Transporte, pertencentes à Comissão de Defesa do Consumidor, eu estendi o convite também ao Deputado Strapasson, da Comissão de Assuntos Metropolitanos, e mais uma vez eu também queria agradecer, porque tudo isso foi provocado por uma ação da Deputada Rosane Ferreira, que levou essa reivindicação às comissões e acho que esta Audiência Pública terá realmente uma importância muito grande, mas não somente como debate. Temos que nos aprofundar no debate, mas para chegarmos à conclusão e ações concretas.

Portanto, vamos ouvir a palavra do Secretário de Estado de Assuntos Metropolitanos, o representante da URBS estará amanhã aqui, teremos também Prefeitos Municipais da Região Metropolitana.

Falamos aqui, também, numa outra oportunidade, sobre a questão das licitações do transporte intermunicipal. Muitas empresas que fazem este transporte de Cidade para Cidade no Estado do Paraná, infelizmente estão fazendo isto de maneira, ilegal, e recebemos a resposta do Poder Executivo, nos responderam que isto já acontece há muitos e muitos anos, desde a época do Governo Álvaro Dias, e que precisa estabelecer um Plano Diretor para planos rodoviários no Estado do Paraná, para que hajam novas licitações. Mas espera aí, tem algo errado nesta história. Vamos debater isto na Audiência Pública.

Vamos falar sobre tarifas. Por que será que toda tarifa é reajustada normalmente no início de novas gestões municipais, já que empresas de transporte públicos são normalmente as empresas que mais colaboram, as maiores financiadoras de campanha política no Estado do Paraná e até mesmo no Brasil?

E quando se começa uma nova gestão municipal vêm as novas tarifas. Precisamos discutir isto. Enfim, amanhã gostaria de estender o convite a todos os Deputados, Deputado Accorsi, se o senhor puder acompanhar esta Audiência Pública, ficarei lisonjeado. Amanhã, a partir das 2h da tarde, junto com o Deputado Reni Pereira que preside a Comissão de Defesa do Consumidor, junto com a Deputada Rosane Ferreira, Deputado Strapasson e com os nobres Pares, para aprofundarmos a discussão a respeito dos problemas do transporte público na Região Metropolitana e também estender o assunto, estender a discussão também para outras Cidades, outros Municípios do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, era isto. Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao Horário das Lideranças.

Bloco PTB/PR, com a palavra o Deputado Chico Noroeste.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quinta-feira passada estive participando da inauguração da nova sede do SENAC em Foz do Iguaçu. Participou também o Presidente da FECOMÉRCIO, Darci Piana, Secretários Estaduais, entidades civis organizadas, tanto de classe quanto empresariais. Quero aproveitar aqui para parabenizar a FECOMÉRCIO e o SENAC, em especial ao SENAC por estar há muito tempo formando profissionais, uma prova de preocupação com a capacitação de recursos humanos para o mercado de trabalho, com muita competência, numa parceria com o Governo do Estado.

A minha crítica inclusive ao promotor que redigiu essa minuta, porque nada acrescenta e nada está defendendo os consumidores; pelo contrário, está apenas concordando com a prática que já vinha sendo feita pela SANEPAR, nada mais. Esse tipo de autorização tácita eu continuo não aceitando e vamos prosseguir como o nosso projeto.

Tenho notícias de uma outra tese do Governador Roberto Requião que falou comigo na Cidade de Foz do Iguaçu, dizendo que a SANEPAR não tem que cobrar mais nada além da água e do esgoto. A água, que é um bem fundamental e essencial à vida dos cidadãos, e que nada pode obstruir e nada pode dificultar a água chegar até as casas das famílias paranaenses.

Uma vez que se coloca outro tipo de taxas, e vamos resgatar aqui que sabemos de programas de Governo do Estado que são direcionados para a população de baixa renda, lembramos aqui da Tarifa Social, em que o cidadão, uma vez que se cadastre, paga somente R\$ 5 de água, e veja a situação de um cidadão que às vezes recebe mais 10, R\$ 15, às vezes já paga com dificuldades esses R\$ 5. Ao ver a sua fatura aumentada, imagino as dificuldades que irá passar. Esse tipo de autorização tácita.

Quero lembrar o que disse o Deputado Stephanes Júnior, ontem, é uma lambança, é algo que causa transtorno para a população. Por que não simplificarmos a vida da população e consultarmos a população se ela quer ou não. Uma vez que queiram, que assinem. Mas, uma autorização sem assinatura não podemos, aqui, Deputados representantes de todas as regiões do Estado do Paraná, comungar e aceitar neste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário destinado à Liderança do PP, concedemos a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. DEPUTADO ANTONIO BELINATI

Rapidamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para expressar solidariedade ao colega desta Casa, não é do meu partido, Deputado Carlos Simões, que ontem, numa decisão unânime do Tribunal Regional Eleitoral, teve seu mandato cassado por desconfortos de comportamentos do então candidato na campanha vitoriosa para esta Casa de Leis.

Me associo, não é do meu partido, mas o Carlos Simões é uma figura humana, um grande amigo, um grande defensor das causas populares. E ficamos tristes. Primeiro, pela demora, já faz tanto tempo que houve eleição. O processo eleitoral deveria correr com muito mais rapidez, deveria ser decidido quem pode e quem não pode ser candidato no ano de eleição. Mas, lamentavelmente, muitas vezes a eleição é realizada, o candidato é eleito ou perde a eleição, a candidata ganha ou perde a eleição, e muitas vezes, daqui três ou quatro anos ainda estão discutindo se podia ou não podia ter saído candidato.

Lamento, porque conheço o coração generoso desta figura cristã, bondosa do Carlos Simões, e que Deus dê a ele e à sua família, forças e energia para poder superar este momento de grande impacto na sua vida pessoal e também na sua carreira política. Ninguém pode negar a grande liderança, a grande estima que milhares de paranaenses têm por esta figura querida que é o Carlos Simões, a quem rendemos nosso pleito de homenagem. E desejamos que ele lute, seja perseverante para dar a volta por cima.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Queria também me solidarizar com o Deputado Carlos Simões, que também passa por um momento difícil. E também o Deputado Geraldo Cartário. Dois brilhantes Parlamentares desta Casa e que acabam sendo cassados por questões de eleições, de forma de fazer campanha.

Nesta eleição última em Ponta Grossa, só faltou boi voar, porque tinha tudo. Inclusive nas inserções do PTB, vamos mostrar umas gravações que vão sacudir o Paraná. Temos que aproveitar, já que a imprensa não faz isso, mas a compra de votos é uma coisa que aconteceu de forma covarde nas últimas eleições. E lamentamos que, de repente, duas pessoas sejam penalizadas porque faziam trabalhos sociais.

Tem muita gente por aí que compra muito mais votos de outra forma. Votos comprados de forma poderosa e isto aí não é absolutamente nada. Mas, os dois são companheiros de rádio, fica a nossa solidariedade. É uma pena que só se cassem os radialistas, as pessoas mais populares, quando os grandes magnatas, os que compram eleições, que compram votos, que compram os falsos líderes, que se vendem. E entre esses falsos líderes, são líderes que todos os anos trabalham ganhando uma grana boa, sempre caixa dois, dinheiro podre, muitas vezes da droga, da prostituição, dinheiro de grandes empresários, de grandes empreiteiros, aqui no Paraná também.

Então, fica nossa solidariedade aos dois companheiros e lamentar, porque infelizmente o País é isso, os malandros ficam de pé e as pessoas de bem, que trabalham e que lutam para fazer trabalho social, são penalizadas. Mas Deus está vendo, e que eles tenham muita força para passar por este momento. Quem sabe um dia apareça alguém com muita coragem, que mostre os outros malandros que tem por aí, porque está cheio de malandro por aí que compra votos, que não presta contas, que faz prestação de contar fraudulenta, que recebe dinheiro de Igreja, recebe dinheiro de tudo quanto é lugar. Mas, vamos torcer que um dia o Poder Judiciário possa fazer isso.

Era isso, Deputado Belinati. Têm meu apoio os dois companheiros.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Deputado Jocelito.

Sr. Presidente, o Jocelito é um dos maiores comunicadores do rádio brasileiro, eu sou radialista, ele é radialista, temos vários radialistas com mandato nesta Casa e a nossa profissão de radialista passou a ser, talvez, a mais perigosa para quem quer ingressar na política. Então, pegando uma carona nesse triste episódio que sacrificou a carreira do companheiro Carlos Simões, é bom nós radialistas ficarmos atentos, porque muitas vezes um dispositivo da Lei Eleitoral não é corretamente interpretado ou é interpretado de maneira dúbia por quem tem um programa de rádio, ou um programa de televisão, e passada a eleição, a pessoa ganha a eleição com sacrifício e de repente pode perder o mandato e pode perder até os direitos políticos. Então, a profissão de radialista passou a ser, associada com a política, uma profissão de alto risco, com risco inclusive, como aconteceu com o grande Carlos Simões, de perda do mandato.

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

Sr. Presidente, o Deputado Carlos Simões é do meu partido, do PR, o Partido da República, e como ele é integrante do meu partido gostaria aqui também de registrar a minha preocupação, mas também esclarecendo que pelas informações que tenho, ele teve essa condenação em 1º instância aqui em Curitiba, no Tribunal Regional Eleitoral, e que lhe é de direito o recurso, sendo que certamente estará recorrendo ao Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, e lá apenas cabe a decisão final. Portanto, até lá iremos ter a presença, sim, do Deputado Carlos Simões aqui na Assembleia Legislativa, para que ele possa dar continuidade ao seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário da Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins, por 10 minutos.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eleições de 2010. Até parece que este País não tem mais no que pensar a não ser nas eleições de 2010. Mas, lendo os jornais, Sr. Presidente, o Presidente do Senado, José Sarney, e o Presidente da Câmara Michel Temer, tiveram uma conversa, a sós, com o Presidente Lula, consultando-o sobre eventual 3º mandato. O Presidente não respondeu diretamente, devolvendo a pergunta ao Presidente, Senador Sarney, e ao Presidente Michel Temer. Ele devolveu fazendo a seguinte pergunta a eles: “O que é que vocês acham disso? Do terceiro mandato?” Interessante, porque a mudança é significativa. Porque até agora, Deputado Dobrandino, o Presidente Lula vinha negando a hipótese em público e em conversas privadas, ele vinha negando. Aí, em São Paulo, o Governador paulista José Serra já avisou os aliados dele, mais íntimos, que não trocará o Palácio dos

Bandeirantes por nova disputa contra o Lula. Isso aconteceu de ontem para hoje, declaração do Governador José Serra de São Paulo, ele não trocaria o Palácio dos Bandeirantes por nova disputa contra o Lula.

Um ex-Presidente da Câmara dos Deputados notou que o elogio de Barack Obama: “Esse é o cara”, reascendeu o brilho no olhar do Lula. No Senado, ontem - eu não estou aqui para fazer juízo de absolutamente nada, só estou contando o que está na imprensa - no Senado, ontem, já se contavam votos favoráveis à eventual emenda constitucional prevendo um 3º mandato presidencial. Muda tudo, não muda? Muda radicalmente tudo. Veja que o Presidente Lula sempre negou o 3º mandato: “Não, não falem a respeito do 3º mandato”. de repente o Presidente Sarney, do Senado, e o Presidente Michel Temer, da Câmara, vão visitá-lo a só se perguntam a ele a respeito do 3º mandato, e aí então ele responde fazendo um pergunta: O que vocês acham disso?” É a primeira vez que o Presidente Lula age dessa forma.

Mais informação: *Articulação para 2010 faz balançar a aliança PSDB e DEM. PSDB resiste acordo com aliado, alegando que só o DEM só se beneficia. Partido discute a adoção do voto em lista para a eleição de Deputados.* Aí eu tenho que ler toda a informação para que vocês tenham uma noção. *A um ano e meio das eleições já está chegando ao fim a lua-de-mel PSDB-DEM. A Bancada do PSDB na Câmara se queixou ontem ao Governador José Serra do apetite democrata no Estado de São Paulo. Sob a orientação do Prefeito Gilberto Kassab, o DEM trabalha para dobrar o número de Deputados Federais de cinco para 10, investirá em 12 Deputados. Tentaremos de oito a 12 Deputados.* Disse o Secretário Rodrigo Garcia do DEM. E a reforma política: *Serra, nesta mesma reunião, incentivou a Bancada Tucana a atuar pela reforma política. Segundo Deputados, o Governador Serra disse que seria simpático defender a bandeira da reforma política em meio a crise enfrentada pelo Congresso. Ainda, segundo participantes, Serra disse que na impossibilidade do voto distrital misto, não vê problema nenhum na votação do voto em lista para eleição de Deputados, como propõem o PT e o PMDB. Ele se declarou, no entanto, contra o financiamento público, alegando que, além de impopular, a regra não impediria doações ilegais. Os Tucanos reclamam da investida do DEM em seus redutos. A Bancada Federal repete uma reclamação dos Vereadores do PSDB de São Paulo, queixosos da perda de espaço na Prefeitura de São Paulo. Kassab fez alterações em 21 das 31 sub-Prefeituras, muitas delas ocupadas por Tucanos até a semana passada.*

Volta-se a falar no 3º mandato. Volta-se a falar na lista. O eleitor não votaria mais no seu Deputado, votaria na lista. Votaria no partido. Como vai ser feita essa lista? Quem vai ser o primeiro, o segundo e assim por diante? É interessante este momento quando se fala em 3º mandato. Isso foi conversa do Presidente do Senado, Senador José Sarney, e do Presidente da Câmara, Michel Temer.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

O temor, na verdade, é um casuísmo. Se depender de alguns integrantes do PMDB no Congresso Nacional, é possível. Claro que é da vontade do Presidente Lula. É um golpe à democracia. Imagino que o povo brasileiro vai reagir a isso.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

O Presidente Lula sai para o 3º mandato, com direito a reeleição. Como seria no Paraná, em Santa Catarina?

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Já se fala em acabar com a reeleição, porque dá margem, para quem está no Governo, usar a máquina para se reeleger, queira ou não vão usar. E agora se fala no 3º mandato. Aí é brincar com a inteligência do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Tudo isso que estou falando aqui, com certeza, estará na imprensa amanhã.

Então, essa pressa toda de decidir, vão acontecer muitas coisas ainda. É preciso começar a prestar atenção no que está acontecendo. Até parece que este País não tem outros problemas, só pensam em reeleição em 2010. Chega uma hora que o povo se cansa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário do PMDB, com a palavra o Deputado Teruo Kato. V. Exa. tem a palavra por 10 minutos.

Liderança do PMDB: Deputado Teruo Kato

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, 1º Secretário Deputado Jonas Guimarães, 2º Secretário Deputado Elton Welter, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Na segunda-feira, em Paranavaí, participei de um evento muito importante para a nossa região. Na verdade, foi o início das obras do IFPR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Por meio do Governo Federal, o Paraná será contemplado com sete novas escolas que vêm justamente, preencher uma lacuna que todos nós sempre reivindicamos, que é a possibilidade dos nossos jovens terem a oportunidade de se qualificarem, principalmente na área técnica. Com essa nova escola, Paranavaí caminha firmemente para se tornar um pólo universitário. Com certeza, fará com que a nossa região do extremo Noroeste possa trilhar o caminho do progresso, do desenvolvimento, Deputado Jonas, buscando cada vez mais diversificar suas atividades.

Estiveram presentes nessa cerimônia: o Magnífico Reitor Alípio Leal; o Prefeito de Paranavaí, Rogério Lorenzetti; o Prefeito de Paraíso do Norte, Carlos Alberto Vizzotto; o Vice-Prefeito de Nova Londrina, Miguel Trainin; o Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura do Instituto Federal, Sr. Paulo Yamamoto; o ex-Reitor Éden Januário que, na verdade, foi a pessoa que iniciou todo esse processo e que nos ajudou bastante para que esse sonho pudesse se tornar realidade. Essa ideia surgiu em 2005, em uma reunião da AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, em Paraíso do Norte. Por meio dessa discussão, da concordância de todas as lideranças da região, é que o movimento foi encorpendo, foi crescendo e, em 2007, tivemos a notícia de que Paranavaí poderia ser contemplada com essa nova escola. E daí, então, as lideranças se uniram. Não só as lideranças da AMUNPAR, mas também das Associações Comerciais, as lideranças comunitárias.

Para que pudéssemos ter o projeto arquitetônico dessa obra, teríamos que estar alavancando recursos no sentido de que a obra pudesse ser agilizada, e o início dela pudesse acontecer com maior rapidez. Nesse sentido, todos se uniram, conseguiram o recurso, foi elaborado o projeto arquitetônico, a Prefeitura de Paranavaí fez a doação de um terreno de 86 mil m² e, portanto, nesta semana, tivemos esse grande evento que possibilita o início das obras em Paranavaí.

Essa escola tem como grande objetivo o ensino técnico, portanto é a possibilidade que temos de qualificação de mão-de-obra, principalmente no ensino médio. E logo no início teremos a disponibilidade de cursos na área de metal/mecânica, técnico de alimentos, informática e também o aprimoramento de docentes. O ingresso nessa escola será através de um vestibular, que deverá ocorrer no final deste ano, sendo que o início das aulas está previsto para o ano de 2010, a partir do mês de março.

Esse *campus* em Paranavaí tem uma previsão de que terá, no total, 10 mil m². E nessa primeira fase foi realizada a licitação e teremos uma construção de 2 mil e 600 m². Portanto, essa obra que está sendo feita em Paranavaí, com a parceria da Prefeitura, porque além da doação do terreno, a Prefeitura está elaborando toda a limpeza do terreno, a terraplenagem, enfim, colocando essa área para receber, portanto, o início das obras de alvenaria. E para nós, logicamente, essa escola vem se somar a algumas escolas que já estão funcionando na região, como é o exemplo da Escola Agrícola, em Diamante do Norte. Uma escola que ficou fechada por muito tempo, mas, por iniciativa do Governador Requião, essa escola foi reaberta. E a procura de alunos para frequentar essa escola em Diamante do Norte é uma coisa fantástica, tanto é que todo ano há excedentes de alunos e, através dessa escola, temos formado excelentes técnicos agrícolas que vêm atendendo não só o Estado do Paraná, mas também alunos do Estado de São Paulo, vizinhos ao Estado do Paraná, e também alunos até do Mato Grosso.

Portanto, esse nosso anseio de que pudéssemos ter mais cursos técnicos para os nossos jovens, vem se tornando realidade. E é um grande caminho, porque o que temos visto é que todos esses jovens que participam de um curso técnico, acabam concluindo o curso e saem da escola já com o seu emprego garantido.

Portanto, neste momento, quero ressaltar esse grande investimento, esse grande sonho que tivemos na nossa Região Noroeste, que está se tornando realidade. E que no ano que vem estará atendendo a todos os nossos jovens do Noroeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança do Governo: com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Liderança do Governo: Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Deputado Zucchinho, Deputadas, Capitão.

Gostaria de abordar um tema que é muito importante. Ontem ouvi aqui o Deputado Cheida abordando a questão do Código Florestal Brasileiro. Acho que isso muito preocupa o Paraná, os agricultores, e o Brasil como um todo. Eu ouvi o Deputado defendendo que o Código seja colocado em prática na sua íntegra. Esse é um erro gigantesco para a agricultura, para o Brasil e para a economia, principalmente para os pequenos agricultores. O Sul e o Sudeste do Brasil, que são os maiores produtores de alimentos do nosso País, são os mais pressionados. Vi ontem uma pesquisa, onde 94% dos brasileiros são a favor do Código Florestal, porque não o conhecem profundamente. Sou a favor do Código Florestal, não quero que uma árvore seja cortada a mais no Brasil e no Paraná, a não ser aquelas que são plantadas para florestas de pinus e eucaliptos, para papel e celulose, para a indústria da madeira.

Defendo a recuperação dos rios. Tenho projetos nesta Casa de despoluição, de tratamento de rios. Acho que sou um ambientalista por natureza. Se o Código Florestal Brasileiro fosse implantado, proibindo plantações em várzeas, por exemplo, onde o Governo fomentou que se plantasse em várzeas - havia um projeto, acho que em 1975: "Plante que o Governo garante" - e o agricultor utilizou essa várzea e plantou. Por exemplo, onde estão os holandeses, em Castro? Ali é uma várzea e tudo ali teria que ser reflorestado. Onde estão os alemães em Palmeiras? Ali é uma várzea e não poderia existir mais aquilo. O café, plantado há 400 anos nos morros de Minas Gerais e Espírito Santo, teria que ser erradicado pelo Código Florestal Brasileiro. As vinícolas do Rio Grande do Sul, as suas videiras são em encostas de morros e teriam que ser erradicadas.

A maçã, em Santa Catarina, teria que ser erradicada, tanto que esse Estado fez um Código Florestal próprio, que está sendo questionado na Justiça e é provável que perca, em Brasília, a constitucionalidade, mas não a razão.

Hoje, o agricultor, pelo Código Florestal Brasileiro, não pode mais compensar os 20% da sua área, que tem que ter reflorestada, se tem um rio passando, ele tem que ter de 30 a 100 metros, dos dois lados, reflorestados. Se ele tem um morro, tem que reflorestá-lo; se tem uma nascente, tem que protegê-la. Não pode compensar nos 20% que ele tem que obrigatoriamente fazer. Isso inviabiliza a produção agrícola de 100 mil propriedades no Paraná. Pessoas que provavelmente terão que sair do campo, para vir morar em favelas nos grandes centros, como Cascavel, Londrina, Foz e Curitiba.

O Código Florestal Brasileiro tem que ter bom senso e não pode ser aplicado no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, como tem que ser aplicado na Amazônia. Se você juntar as reservas indígenas, áreas de produção permanente no Brasil, hoje elas vão ocupar boa parte da área plantada no Brasil.

Há um trabalho na EMBRAPA que se chama: Alcance Territorial da Legislação Ambiental Indígena, de autoria do professor Evaristo Miranda, um Ph.D., onde vê que isso inviabiliza a agricultura. Esses dados levantados em todo o Brasil, pela EMBRAPA, mostraram que se fosse implantado, na prática, o Código, o Sul do Brasil estaria economicamente inviabilizado e provavelmente não teríamos mais exportação de soja, grãos de espécie nenhuma, e mal sustentaríamos o mercado interno brasileiro.

Quando você fala em proteger o ambiente, você tem que fazer isso, mas tem que respeitar as áreas consolidadas, porque foram feitas dentro da lei. Quando o agricultor foi plantar na várzea, o Governo o incentivou. Se você for ao Egito, as várzeas do rio Nilo são plantadas. Se você for à China, no Mekong, é plantado. Se for ao Tibes, Eufrates, são plantadas as suas várzeas. Se você for à Alemanha, um País com uma consciência ambiental fantástica, nas encostas de morro, do rio Reno, há inúmeras plantações de vários tipos de uva, que formam os vinhos, principalmente os brancos. Se você for à França, as encostas de morros têm plantações de oliveiras, ou seja, o mundo todo utiliza. E também tem que haver uma compensação para o agricultor poder compensar os 20% em outra área, até porque para quem defende o meio ambiente, você não consegue gerar vida, fauna, pássaros, em espaço pequeno. Se o agricultor puder compensar os 20% comprando uma área ou pagando por uma reserva que fique maior, vai poder ter vida animal em boa escala, como queremos. É isso que queremos: gerar novas florestas, aonde realmente a vida animal possa existir.

Isso que vi ontem, o Deputado Cheida defendendo aqui, está errado. Não dá para implantar como está, tem que haver um bom senso. Aquela pessoa que cortar árvores, quiser plantar na Amazônia, na Serra do Mar aqui, tem que ir para a cadeia. Mas, o agricultor tem que ter

condições de viabilizar a sua propriedade. É importante para a sua família para o Brasil, para a sua economia, para a alimentação da Cidade, para que os preços continuem baixos. É importante para todo mundo que isso continue, e até porque vai ser punido por algo que fez dentro da lei.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado Stephanes, com atenção estou lhe ouvindo. É um pronunciamento importantíssimo, trazendo nas suas palavras aquilo que é o equilíbrio entre o setor produtivo, o agricultor e a preservação do meio ambiente. Em áreas já instaladas há décadas, elas estão produzindo no Sul do Brasil, agora faz com que a lei venha a seguir um sentido do qual essas áreas que produzem há décadas não vão poder produzir mais. Uma parte delas terá que virar reserva legal, sem poder fazer a compensação em outras áreas, como é o desejo e como caminhava a legislação ambiental, em especial aqui no nosso Estado e também na Federação.

Apoio o seu pronunciamento. Quando falo em várzeas, a CAFE do Paraná, na década de 80, incentivava a drenagem de áreas para que essas áreas pudessem tornar-se produtivas. Lembro-me, propriedades da nossa Cidade de Ponta Grossa, receberam as retroescavadeiras oferecidas gratuitamente pelo Governo do Estado do Paraná, para que pudessem drenar todas as várzeas, os banhados, como chamamos.

O que precisa é o equilíbrio nas decisões que se toma ao ambiente. Aqui no Sul do País temos que preservar e ter áreas de reserva legal. É 20% da propriedade. Lá na Floresta Amazônica, é necessário preservar 80%. É uma legislação que protege as áreas do Norte, e aqui no Sul, áreas que já foram abertas há décadas, a legislação fala que tem que ser 20% área de reserva legal.

Está tendo muita distorção, tem uma tendência ideológica que tenta, muitas vezes, denegrir a opinião pública, sendo que o que está para acontecer, se for seguir a regra daquilo que estão querendo escrever, pode ter certeza que as áreas de produção do nosso País vão diminuir. Daí pergunto: para beneficiar quem?

Quero apoiar o seu pronunciamento e o caminho é esse: equilíbrio para que possamos produzir, preservando, e naturalmente fazendo com que o meio ambiente possa existir como sempre existiu.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Assentimento)

Agradeço. Apenas para cumprimentá-lo pelo belíssimo pronunciamento e que tem o nosso total apoio. Pedi o aparte somente para lhe cumprimentar. Concordo plenamente com V. Exa.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Plauto Miró, no horário da Liderança da Oposição.

Liderança da Oposição: Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Rapidamente quero aqui na tribuna, no dia de hoje, registrar que na sexta-feira, na Cidade de Ponta Grossa, a Câmara Municipal fará entrega do título de Cidadão Honorário ao Prefeito de Curitiba, Beto Richa. Um título apresentado pelo Vereador Sebastião Mainardes, do Democratas, já há algum tempo atrás e agora, na sexta-feira, o Beto Richa estará na Cidade de Ponta Grossa recebendo o título. Uma festa organizada por companheiros, por aliados, simpatizantes do Beto Richa, e na Câmara Municipal esta homenagem irá acontecer.

Antes da solenidade na Câmara, nós teremos, através de uma mobilização, de um pedido de uma faculdade da Cidade de Ponta Grossa, a Faculdade União, que vai promover uma palestra onde os alunos de Administração vão ouvir o Beto Richa expondo as suas metas, os seus princípios e tudo aquilo que norteia a sua administração na Cidade de Curitiba, na Prefeitura Municipal de Curitiba, que o colocou como um dos candidatos mais votados do nosso Brasil, com mais de 75% dos votos na sua reeleição que acontece no ano passado.

Então queria registrar o que acontece na sexta-feira, na Cidade de Ponta Grossa, na Câmara Municipal daquele Município, e convidar a todos aqueles que queiram participar desse momento especial, para que estejam presentes. Será as 8h30 da noite. Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado a V. Exa.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional Estadual, de autoria do Deputado Durval Amaral. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembleia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Indicação nº 581/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, a disponibilização de viatura de Polícia Militar para o Município de Pirai do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2102, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, justificando ausência do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 06 de maio, por compromissos na Prefeitura Municipal, para atendimento urgente de solicitações da comunidade. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2111, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias de 05 a 07 de maio de 2009, devido a tratamento de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 225/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública o Instituto Matheus Emmanuel de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 225/08
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Matheus Emmanuel de Londrina - IMEL, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06/05/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 034/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Sol Maior, com sede e foro no Município de Colorado. **Aprovada. (Publ. no DA nº 009/09, de 17/02/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 077/09, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Plauto Miró, que concede título de Cidadão Honorário ao Sr. Jerôme Stoll. **Aprovada. (Publ. no DA nº 014/09, de 09/03/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 158/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública o Instituto de Saúde São Lucas de Pato Branco, com sede e foro no Município de Pato Branco. **Aprovada. (Publ. no DA nº 034/09, em 14/04/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Biblioteca Pública do Paraná com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Santo Antonio do Passo Grande II do Município de Candói, com sede em Candói e foro em Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Esta em votação a emenda da CCJ, ressalvado o projeto. **Aprovada.** Está em votação o prpjeto. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
V. Exa. solicita verificação de votação. Solicito chamada nominal dos Srs. Deputados, que o 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães, possa proceder à chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sei que o som está ligado. Gostaria de solicitar aos Parlamentares que estão nos seus gabinetes, que possam descer, já que temos aqui na Ordem do Dia, na sequência desse item que o Deputado Jocelito Canto pede verificação de quórum, para que tenhamos quórum na hora da votação da mensagem governamental que propõe o aumento para os funcionários do Paraná. Hoje vamos votar a constitucionalidade, e por essa razão é importante que os Parlamentares que estejam na Casa que desçam aqui ao plenário para que possamos proceder à votação da mensagem e que tenhamos quórum suficiente para votar, porque lamentavelmente, infelizmente o Deputado Jocelito pediu verificação de quórum.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Questão de Ordem**)

O Deputado Elio Rusch faz uma colocação meio trêmula aqui. É claro que fiz esse pedido para não correr-mos o risco de ontem, de chegar na votação mais importante e não termos 28 votos aqui. Estou aqui beneficiando.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Embora V. Exa. queira justificar a sua posição, a Mesa entende como regimental, e por isso já tomou as providências nesse sentido.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)
(**Termina a chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Há presença de quórum no painel para fazer a verificação de votação solicitada pelo Deputado Jocelito Canto.

Deputados favoráveis ao item 6 da pauta - 2ª discussão do Projeto de Lei nº 160/09, queiram votar com a expressão SIM. Os contrários com a expressão NÃO, e abstenção da mesma forma.

Trinta e três Deputados presentes: 32 votaram SIM. Portanto, há quórum e está **aprovado o projeto, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/09, de autoria da Deputada Beti Pavin, que declara de utilidade pública estadual a AAEEK - Associação Assistencial Evangélica Koynonia, com sede e foro no Município de Piraquara. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 036/09, de 22/04/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 170/09

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Beti Pavin, tem por objetivo declarar de utilidade pública a AAEEK - Associação Assistencial Evangélica Koynonia, com sede e foro no Município de Piraquara, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/09, que concede reajuste geral de 6% na referência salarial inicial das tabelas das carreiras estatutárias civil e militar do Poder Executivo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 039/09 de 27/04/09, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 186/09

P A R E C E R :

EMENTA:

Concede reajuste geral de 6% na referência salarial inicial das tabelas das carreiras estatutárias civil e militar do Poder Executivo.

I - Relatório

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Poder Executivo, que concede reajuste de 6% na referência salarial inicial das tabelas das carreiras estatutárias civil e militar do Poder Executivo.

Em sua justificativa o autor sustenta que o *presente anteprojeto de lei fixa o índice de revisão geral dos vencimentos das carreiras estatutárias do Poder Executivo para o ano de 2009, em atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual e Lei nº 15512, de 31/05/07. A aplicação do índice decorrente da variação do IPCA observa a previsão da Lei nº 15512, de 31/05/07 e corresponde ao percentual acumulado do mês de maio de 2008 ao mês de abril de 2009, apropriando-se, para o mês de abril de 2009, o índice de março de 2009, num total de 6,00% (seis por cento), arredondados.*

Diz ainda, que *o valor da folha de pagamento do Poder Executivo relativa ao mês de março de 2009 que serve de base de cálculo para incidência do percentual de reajuste, importa em 596 milhões de reais, incluído o auxílio transporte dos professores estaduais. A atribuição do índice de 6% (seis por cento) importará em um aumento mensal de despesa na ordem de R\$ 35,7 milhões de reais. A revisão proposta alcançará 249.711 (duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e onze) servidores ativos, inativos, pensionistas e outros. Conforme determinado pelos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00, aumento de despesa, decorrente da implantação da revisão geral, consta da previsão de despesa de pessoal do Poder Executivo.*

É o relatório.

II - da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à

competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando presente o princípio da admissibilidade.

De pronto, ressalta-se que no âmbito constitucional, cabe-nos fazer referência quanto à competência para legislar sobre a remuneração dos servidores públicos do Estado do Paraná. O inciso X do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná diz que:

Art. 27.(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Note-se ainda, que a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 66, inciso III e IV, assevera que:

Art. 66. *Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo no aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Sr. Presidente, a matéria ventilada neste projeto de lei é de iniciativa privativa do Governador do Estado, e está prevista como já citado na inciso X do artigo 37 da Constituição do Estado, explicitando que não se trata de aumento salarial, mas tão-somente revisão salarial.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 05/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Para que os servidores e servidoras possam conhecer a posição de cada Parlamentar, requeiro a gentileza de V. Exa., a votação pelo painel eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Defiro a solicitação de V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Apenas dizer que os Deputados de Oposição, todos já se manifestaram favoráveis à constitucionalidade desse projeto, e segunda-feira, quando esse projeto retorna para sua discussão e votação no mérito, aí vamos apresentar as emendas que já foram elaboradas, as assinaturas já estão sendo colhidas e os Deputados que assim desejarem assinarão as emendas que vamos apresentar, no mérito.

Quanto à constitucionalidade, ele é de iniciativa do Governo, está correto, preenche todos os requisitos, mas quanto ao mérito vamos nos manifestar na discussão na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente! Os Deputados favoráveis deverão colocar a expressão SIM. Os Deputados contrários deverão colocar a expressão NÃO.

Está em votação: 34 Srs. Deputados votaram SIM.

Portanto, **por unanimidade aprovado o projeto.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/09, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o reajuste de 6% que nos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dos cargos comissionados. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 040/09 de 28/04/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 193/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da Comissão Executiva, dispõe que os valores dos vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dos cargos comissionados simbologia DAS e C ficam reajustados no percentual de 6% conforme especifica.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice constitucional, legal e regimental.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

As servidoras e servidores da Assembléia Legislativa continuam aguardando o pagamento da URV. Tem até uma decisão judicial. Outros Poderes já pagaram o seu quadro de pessoal.

Vejo o pessoal aqui triste, combalido, na expectativa de que seja feito este pagamento. Então, os 6% aqui para o pessoal da Casa, só isso não resolve a ansiedade e a angústia que estão vivendo. Que o comando desta Casa pague a todo este pessoal que aqui trabalha, a URV, que já tem uma decisão judicial favorável a eles.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o projeto. **Aprovado, por unanimidade, também.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1007, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, com apoio dos Deputados Péricles de Mello, Dobrandino da Silva, Cleiton Kielse, Pastor Edson Praczyk e da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1132, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente de Sessão anterior. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2110, de autoria dos Deputados Plauto Miró, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Antonio Belinati, Elio Rusch e Marcelo Rangel, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2074 e 2091, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2086, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2087, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2088, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2092 a 2098, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2099, de autoria dos Deputados Professor Lemos e Mauro Moraes, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2100, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2103, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2104, de autoria do Deputado Professor Lemos, com apoio dos Deputados Péricles de Mello, Elton Welter, Tadeu Veneri e demais Deputados, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1994, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior.

Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero encaminhar contrário à votação deste requerimento, porque entendo que os Anais desta Casa merecem um texto melhor que este. E é banalizar o registro nos Anais. Já discutimos amplamente o tema nesta Casa. A matéria é feita no sentido de poder desmerecer o trabalho que é efetuado pelos profissionais do IML do Paraná, e especialmente de Ponta Grossa. As explicações estão no corpo da matéria e é manchete, como disse ontem, do Diário dos Campos, aliás desta matéria tirada da internet, é absolutamente mentirosa.

Como é só para promover desgaste político, no caso de profissionais que atuam numa área extremamente importante, que é do Instituto Médico Legal, hoje tão bem dirigido pelo Coronel Porcides. A matéria tenta criar um ânimo contra a médica que dirige o IML do Município de Ponta Grossa, e ao mesmo tempo querendo desfazer do Capitão Ubirajara Binhara.

Então, percebo na verdade que esta Casa tem que ter um rigor muito grande em relação àquilo que consta nos Anais.

Ontem fizemos um apelo, inclusive Deputados da própria Oposição fizeram um apelo ao Deputado Marcelo Rangel para que retirasse o requerimento, mas ele, na verdade, insiste em manter um requerimento que, sinceramente, na minha avaliação, é completamente descabido. Por isso quero encaminhar a todos os companheiros e companheiras que integram a base do Governo para votarem contra este requerimento, que transcreve uma matéria mentirosa e, mais do que tudo, uma matéria que não condiz com a realidade, até porque quando se lê a manchete, vemos quanto a manchete é inverídica, feita por gente que, única e exclusivamente quer, por conta, é fato, desse mau humor da imprensa, especialmente do Diário dos Campos, que amanhã provavelmente vai fazer uma manchete contra mim ou contra o Governo, mas o mau humor é a falta do velho capilé, do boró, do alpiste ou do jabaculê, como se diz na linguagem policial.

Então, Sr. Presidente, vamos votar contra essas bobagens que estão apresentadas neste requerimento do Deputado Marcelo Rangel. E, sinceramente aqui, um Deputado com a inteligência do Deputado Marcelo Rangel não devia perder tempo com bobagens iguais a esta.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, primeiro preciso dizer que a Bancada de Oposição não me pediu para que retirasse o requerimento, pelo contrário, estou sentindo o apoio dessa bancada, porque estamos falando de uma matéria de um jornal que tem mais de 100 anos, um jornal que é considerado um dos patrimônios jornalísticos do Estado do Paraná e é o jornal mais antigo do interior do Estado. E o jornalista Mário fez uma matéria muito completa. Aliás, eu, o Deputado Plauto, estamos vindo à

Assembleia Legislativa fazer diversas vezes as mesmas requisições, os mesmos pedidos com relação ao IML da região dos Campos Gerais, que atende a mais de 30 municípios. Falamos também sobre as viaturas, que estão sucatedas na região dos Campos Gerais, e essa matéria foi uma reportagem investigativa do jornal Diário dos Campos, que simplesmente trouxe aquilo que apresentamos na Assembleia Legislativa e levamos diretamente ao Sr. Governador.

Mesmo sendo um Deputado de Oposição, tive a oportunidade de entregar nas mãos do Governador o pedido da região dos Campos Gerais de investimentos e mais atenção ao IML de Ponta Grossa. Na matéria consta que o rabecão, que a viatura do IML, na verdade está totalmente remendada, sendo que duas viaturas fizeram uma, que recebe R\$ 1 mil, dois salários-mínimos para se manter e é responsável por 32 cidades.

Senhoras e senhores, apenas gostaria de deixar registrado nos Anais da Assembleia Legislativa o que normalmente falamos da tribuna, o que os órgãos de imprensa da região dos Campos Gerais também estão atestando com reportagens investigativas e que precisamos levar a conhecimento do Palácio, do Sr. Governador e de todos os Deputados, até mesmo do Líder do Governo, que infelizmente não conhece a situação da nossa região dos Campos Gerais. Se ele lesse a matéria e se ouvisse mais os Deputados de Oposição, talvez o nosso IML, que atende as 32 Cidades da região dos Campos Gerais, não estivesse passando por tantos problemas.

Então, peço aos nossos companheiros de Oposição para que deixem registrado nos Anais da Assembleia Legislativa esse importante documento do jornalista Mário, do jornal Diário dos Campos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, acompanhando esse debate do IML, dizer que tivemos a oportunidade de já estar com o Governador, sendo o IML um dos lugares mais tristes de uma Cidade, sempre tenho repetido isso aqui, até porque entendo que é no momento de sofrimento, e como estamos no maior entroncamento rodoviário, dos maiores do Paraná e do Sul do Brasil, a tendência é que ocorram mais acidentes na região de Ponta Grossa, tanto é que hoje Ponta Grossa tem mais acidentes no trânsito, seja na rodovia, seja na Cidade, tem mais acidentes do que homicídios, o que realmente chama a atenção. E agora nos últimos tempos têm diminuído os homicídios e têm aumentado os acidentes. Essa semana passada mesmo teve um acidente onde morreram seis pessoas, um acidente de ônibus, e a cada pouco ocorre um acidente de ônibus, de van, essa semana teve uma van também, e assim por diante.

O IML do Paraná está passando por um processo de modificação, comandado por esses membros do Corpo de Bombeiros, que estão tentando colocar um novo estilo

de governar o IML do Paraná. Realmente o IML tem problemas, não só em Ponta Grossa, mas nos seus 17 IMLs. Para quem não sabe, não conhece o IML, tem alguns lugares aqui do Paraná que o Estado paga aluguel do IML. A questão de viaturas lá em Ponta Grossa, nós já falamos, o Governo liberou esta semana mais de 400 viaturas, a Dra. Valéria, que é chefe do IML, me dizia que ela não quer pegar a viatura nova, porque não é tão boa como aquela antiga que está lá, que é boa porque é um carro, uma D-20, e que facilita devido aos problemas que a Cidade tem, sobe, desce, e aquela viatura está atendendo bem. Claro que o IML precisa de mais investimentos, mas está recebendo, por exemplo, recebeu dois novos médicos agora, que não tínhamos, que é aquela questão do plantão que nos machuca. A Dra. Valéria está fazendo todos os exames, os demais exames, são mais de 500 exames por mês.

Então, só para deixar claro que alguns investimentos estão sendo feitos, sim. É claro que é sempre preciso fazer mais investimentos para que o IML possa atender principalmente as pessoas quando há aquele momento de fatalidade. Por isso, não sei se precisava transcrever, é público, o jornal todo mundo lê, eu não sei, o que melhora colocar nos Anais da Casa, se melhora ou piora. Sinceramente, Sr. Presidente, vou até me abster dessa votação, porque eu não sei se ajuda, piora, ou melhora. O importante é conquistar as coisas para a Cidade. Agora, podemos sempre buscar os recursos, e estamos fazendo isso, acho que todo mundo quer o melhor para o IML, e nós que estamos todo dia em Ponta Grossa, somos acordado muitas vezes pedindo que faça uma interferência para que o corpo seja liberado o mais rápido possível, é há um prazo para liberar o corpo, porque tem médicos hoje que não querem liberar o corpo imediatamente, porque há um trâmite legal, há um tempo que é preciso esperar, também porque a lei determina isso, e às vezes não queremos entender, queremos liberar o corpo imediatamente e os médicos querem um prazo, e brigamos com eles.

Então, Sr. Presidente, vou me abster da votação. Estamos trabalhando para o IML, precisa mais? Vamos continuar trabalhando, que o caminho é trabalhar.

Muito obrigado, Deputado Zucchinho.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, um jornal sério da Cidade de Ponta Grossa, que traz uma matéria escrita por um jornalista sério, de credibilidade. E quero dizer que eu vou votar a favor desse requerimento do Deputado Marcelo Rangel, para que fique registrado nesta Casa os problemas que os IMLs enfrentam no Estado do Paraná, e em Ponta Grossa não é diferente. Acho que essa polêmica que veio neste momento trouxe à discussão tudo aquilo que diz respeito ao IML de Ponta Grossa. Vamos votar o requerimento, espero que seja aprovado, vai estar nos Anais registrado aquilo que acontece em Ponta Grossa, e quem pode ganhar com isso, pode ter certeza, que são

os dirigentes dos IMLs, que podem ganhar mais estrutura e mais valorização por parte do Governo do Estado do Paraná.

O meu voto é a favor do requerimento do Deputado Marcelo Rangel.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Para Encaminhar)

V. Exa. está de parabéns em trazer o artigo desse conceituado jornalista.

Temos que nos preocupar aqui, acima de tudo, com a vida. Mas na hora da tristeza, o corpo vai para o IML e é essa burocracia. A falta de médico, de funcionário até de um calor humano para a família.

Nosso voto também é de solidariedade ao povo de Ponta Grossa, pela melhoria do IML e apoio a esse Parlamentar, Deputado Marcelo Rangel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Estamos em votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Pela Ordem)

Foi na quinta ou sexta digitação que apareceu o meu voto. Os funcionários que dirigem esse setor deveriam acompanhar, porque outro dia foi o Deputado Marcelo Rangel que não conseguiu votar. É preciso que eles acompanhem. Vocês perde uma votação por causa de um voto e o dolce far niente fica ali. Exijo que a presidência tome providências.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Concordo com os argumentos do Deputado Waldyr Pugliesi, pois é preocupante a situação do nosso sistema eletrônico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a votação. Doze Deputados votaram NÃO, sete votaram SIM e cinco se abstiveram. **Portanto não há quórum para deliberação.**

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Só queria parabenizar os nossos taquígrafos aqui da Assembleia pelo seu dia. São excelentes funcionários e funcionárias que têm a paciência, todos os dias, de redigir, de redigir, de repassar e, ao mesmo tempo, a imprensa receber as informações e todos os paranaenses, a partir desses funcionários eficientes que temos aqui e no Paraná interior. Por isso, parabéns aos nossos Taquígrafos!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Essa lembrança e homenagem que presta V. Exa. é associada com toda esta Casa, acho que todos os Srs. Deputados, especialmente a Mesa Executiva.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 07, às 10h com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 150/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 190/08 e 170/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 547/08, 073/09 e Projeto de Resolução nº 012/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1146
Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o Município de Tapira.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e ao Secretário de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao Município de Tapira.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal de 1988), sendo dever do Estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparado para vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo Estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próximo da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o Poder Público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNDA apontou que 14,7% das pessoas entre 7 e 14 anos não frequentam a escola por não existir escola por perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional e que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justifica um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso a permanência na escola e da gratuidade do ensino públicos nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1147

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a duplicação da estrada de Maringá a Iguaçu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a duplicação da estrada de Maringá a Iguaçu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Iguaçu, que há muito reivindica, a duplicação da estrada de Maringá a Iguaçu.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1163

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao Município de Colorado uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando de que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao Município de Colorado de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Colorado.

Colorado possui uma população de mais de 21 mil e 100 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/02/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1164

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao Município de Munhoz de Melo uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao Município de Munhoz de Melo de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Munhoz de Melo.

Munhoz de Melo possui uma população de mais de 3 mil e 600 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/02/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1165

Autoria do Deputado Luiz Accorsi

SÚMULA:

Propõe a execução de obras de construção de passarelas.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Luiz Accorsi, subscritor da presente, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o encaminhamento de ofício ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes, reivindicando a construção de passarelas para a transposição de pedestres sobre a rodovia PR-323 no trecho recentemente duplicado na cidade de Paçandu.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/02/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A apresentação da presente indicação nos foi solicitada mediante o Ofício nº 555/08 firmado pelo Prefeito Nelson Teodoro de Oliveira. Em virtude das nossas frequentes viagens à região, tomamos conhecimento do elevado número de acidentes por atropelamento, registrado no trajeto urbano da PR-323, recentemente duplicado pelo Governo do Paraná. Daí, a nossa concordância com a preocupação manifestada pelo Prefeito Nelson Teodoro de Oliveira. Por outro lado, é importante dar a conhecer ao órgão requerido, a satisfação de toda a população de Paçandu, mais precisamente dos motoristas, quanto às obras de duplicação do trecho em questão, ressaltando que tal contentamento será completado com o atendimento desta solicitação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1166

Autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro

SÚMULA:

Sugere a pavimentação asfáltica no trecho da PR-476, no entroncamento da BR-153 ao distrito de Vila Guay, Município de Ibaiti.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a pavimentação asfáltica de nove quilômetros no trecho da PR-476, no entroncamento da BR-153 ao distrito de Vila Guay, Município de Ibaiti.

II - estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população, objetivando melhorar o acesso de toda a população do Município de Ibaiti.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/02/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1170

Autoria do Deputado Luiz Accorsi

SÚMULA:

Propõe a execução de obras de manutenção na rodovia Maria Nifa Garanhão - PR-498, no trecho Japurá até o rio Ivaí (Porto Japurá).

Ao Exmo. Sr. Governador do Estrado e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem:

O Deputado Luiz Accorsi, subscritor da presente, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o encaminhamento de ofício ao Sr. Governador do Estado, e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem/SETR, solicitando realização de serviços de manutenção na rodovia Maria Nifa Garanhão - PR-498 - no trecho Japurá até o rio Ivaí (Porto Japurá).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09/02/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

A travessia da balsa sobre o rio Ivaí na ligação do Município de Japurá com o de São Carlos, depende do estado de conservação do trecho da PR-498 entre o primeiro Município e o Porto Japurá.

Os usuários do percurso obrigam-se a percorrer distância bem maior em virtude da carência de manutenção daquela rodovia.

A Câmara Municipal de Vereadores de Japurá já se manifestou a respeito, conforme ofício firmado pelo seu Presidente, o Vereador Carlos Heinz Georg, em atendimento a pleito encabeçado pelos seus colegas, os Vereadores José Maquea e Sebastião Trento, já encaminhado ao Dr. Octávio José Silveira da Rocha, superintendente do Escritório Regional do Departamento de Estradas de Rodagem com a sede na Cidade de Maringá.

A indicação em tela tem o objetivo de respaldar a justa reivindicação da edibilidade de Japurá.

Solicita ainda o requerente, o envio de cópia da presente indicação, ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Japurá para conhecimento dos Vereadores proponentes do pedido de obras de manutenção do percurso Japurá - Porto Japurá.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1171

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual José Elias no Município de Rio Branco do Sul.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual José Elias no município de Rio Branco do Sul.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09/02/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 600 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1172

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Professora Maria Lopes de Paula no Município de Almirante Tamandaré.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Professora Maria de Lopes de Paula no Município de Almirante Tamandaré.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09/02/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

JUSTIFICATIVA:

O Colégio atende aproximadamente 1 mil e 200 alunos e não dispõe de estrutura apropriada para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física, além de impossibilitar os ensaios do coral e da fanfarra em dias de excesso de sol ou chuva.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1173

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao Município de Borrazópolis uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

